

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS SOCIAIS  
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

***A verdade de muitos corações: A percepção de jovens em  
acolhimento residencial sobre o papel dos agentes institucionais  
no seu processo de autonomização***

Dissertação de Mestrado

Marina Goulart da Silva

Trabalho realizado sob a orientação  
da Professora Doutora Luísa Pimentel

Leiria, 29 de setembro de 2022

Mestrado de Mediação Intercultural e Intervenção Social

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Karl Marx (1852)

**Dedicatória Pessoal**

Dedico esta dissertação ao meu milagre, a minha mãe Aldina, que sempre acreditou e lutou por mim perante todos os obstáculos da vida. Obrigada por toda a força e confiança que semeou em mim, hoje deu frutos.

**Agradecimentos**

Finalizado este trabalho de investigação, quero reservar este espaço para agradecer a todos aqueles que, das mais diversas formas, me apoiaram na concretização de mais um sonho.

Um especial agradecimento à Professora Doutora Luísa Pimentel, orientadora desta dissertação, por todo o suporte, disponibilidade e empoderamento dado ao longo desta jornada. Sou eternamente grata por toda a partilha dos seus imensos conhecimentos, pelas críticas construtivas feitas sempre com um lado humano inigualável, e pela constante motivação que foi uma alavanca para o enriquecimento da minha formação académica. Foi uma honra ser sua aluna.

Agradeço a todos os professores deste curso por todos os ensinamentos, pela rica capacidade de transmissão de conhecimentos e pela disponibilidade que sempre tiveram em dar resposta às necessidades sentidas.

Um especial agradecimento ao meu melhor amigo e namorado, por todo o apoio e companheirismo dado ao longo desta fantástica viagem. Quero também agradecer às minhas amigas Mariana Ribeiro e Raquel Andrade pelo auxílio que me deram em todos os momentos de desespero.

Por fim, mas não menos importante, um muito obrigado à minha amiga Inês Melo por todo o suporte nos dias mais difíceis e à Ana Ferreira por me ter dado motivação e coragem para ingressar neste mestrado.

## Resumo

Nos últimos dez anos, houve uma diminuição de 25% no sistema de acolhimento para jovens. Estes dados referem-se ao período anterior a 1 de novembro de 2020 e registam que 6706 crianças e jovens estão a ser acolhidos em abrigos residenciais e familiares entre várias outras respostas sociais como orfanatos (LIJ) e centros de acolhimento temporário (CAT) (CASA de 2020).

Embora o número de crianças abrigadas tenha diminuído, existem estudos (Júlio, 2021) que indicam que o acolhimento não se traduz em uma trajetória positiva na vida de jovens acolhidos. A falta de preparação destas instituições traduz-se numa deficiência de competências para a integração social no momento em que o indivíduo sai do sistema (Carneiro, 2005).

Relativamente às crianças e jovens acolhidos, a intervenção visa o desenvolvimento das competências sociais e quotidianas através de uma abordagem individualizada que orienta para a autonomização. O objetivo do estudo é analisar a perceção dos jovens acolhidos sobre o acompanhamento que lhes é proporcionado pelos agentes institucionais no sentido de promover a sua autonomização.

O estudo consiste em 10 entrevistas com 5 jovens do sexo feminino e 5 jovens do sexo masculino que residem em unidades de acolhimento residencial. Os resultados mostram a conexão da autonomia com a execução das tarefas domésticas e diárias. Constatou-se também que os agentes institucionais tendem a ter uma abordagem de distanciamento em questões emocionais que as crianças necessitam.

Vários outros estudos devem ser realizados para analisar outras unidades de acolhimento residencial com jovens de várias idades, a fim de conhecer o trabalho realizado para facilitar o desenvolvimento de capacidades de adaptação a uma nova realidade e às mudanças quotidianas, bem como, comparar as perspetivas dos jovens com as dos agentes institucionais, com o objetivo de obter resultados mais coerentes.

**Palavras-chave:** Jovens; Acolhimento Residencial; Autonomização; Mediação.

## Abstract

In the past 10 years, there has been a 25% decrease in the youth sheltering system. This data relates to the period prior to first of November 2020 and notes that 6706 children and young people are being sheltered in residential and familiar shelter between several other social responses as orphanages (LIJ) and temporary sheltering centers (CAT) (CASA de 2020).

Although the number of children being sheltered decreased, there have been studies (Júlio, 2021) that indicate that the sheltering does not translate to a positive trajectory in the sheltered life. The lack of preparation of these institutions translates to a deficient competences to social integration in the time that the individual leaves the system (Carneiro, 2005).

Regarding the sheltered children and young people, the intervention aims to a development in the social and daily competences through a individualized approach that guides to the autonomation. The objective of the study is to analyze the perception of the young people welcomed on the accompaniment provided to them by institutional agents in order to promote their autonomy.

The study consists in 10 interviews with 5 young females and 5 young males that reside in sheltering facilities. The results show the connection between autonomy and the performance of household and daily tasks. It was also found that institutional agents tend to have a detachment approach to emotional issues that young people need.

Several other studies should be carried out to analyze other residential care units with young people of different ages, in order to assess the evolution of young people in their ability to adapt to a new reality and daily changes, as well as compare the perspectives of young people with the of institutional agents, with the objective of obtaining more coherent results.

**Key-Words:** Young people; Residential sheltering; Autonomation; Mediation.

## Índice

Introdução.....	1
Capítulo I – O Acolhimento Residencial no Panorama da Proteção à Infância e Juventude .....	4
1.1. Evolução da Proteção e Intervenção com Crianças e Jovens em Perigo.....	4
1.2. Contextualização legal e histórica do Acolhimento Residencial.....	8
1.3. Princípios do Acolhimento Residencial.....	11
Capítulo II – Autonomia.....	15
2.1. O processo de autonomia e a adolescência.....	15
2.1.1. A importância da promoção da autonomia em acolhimento residencial .....	17
Capítulo III – Mediação.....	20
3.1. Conceção de Mediação .....	20
3.2. Mediação no Acolhimento Residencial .....	22
3.2.1. Papéis, funções e lugares dos mediadores.....	22
Capítulo IV – Estudo Empírico .....	25
4.1. Objetivos.....	25
4.2. Metodologia.....	26
4.3. Técnica de recolha de dados .....	28
4.4. População Alvo.....	29
Capítulo V - Apresentação, Análise e Discussão de Resultados.....	33
5.1. Perceções de Autonomia.....	33
5.2. Caracterização dos Agentes Institucionais .....	36
5.2.1. Confiança .....	39
5.2.2. Respeito e Compreensão .....	40

5.2.3. Manifestações de Afeto .....	42
5.2.4. Postura dos Agentes institucionais .....	45
5.3. Estratégias de Autonomização utilizadas pelos Agentes Institucionais .....	47
5.3.1. Tarefas Diárias .....	47
5.4. Acompanhamento nas tarefas diárias, nos estudos e ao exterior .....	48
5.5. Competências de Decisão e Orientação .....	50
5.5.1. Comunicação .....	50
5.5.1.2. Autoestima/Autoconceito .....	53
5.5.2.1. Ser e Sentir dos jovens nas Unidades de Acolhimento Residencial .....	55
5.6. Limitações e Constrangimentos .....	56
5.6.1. O Próprio Jovem .....	56
Conclusões e Reflexões Finais .....	59
Referências Bibliográficas.....	65
Anexos.....	76
Anexo A – Guião das Entrevistas .....	77
Anexo B – Declaração de Consentimento Informado (Coordenadores) .....	81
Anexo C – Declaração de Consentimento Informado (Entrevistados).....	84
Anexo D – Dimensões, Categorias e Sub Categorias .....	87
Sinopse das Entrevistas.....	89

## **Índice de Abreviaturas**

**CAR-** Casas de Acolhimento Residencial

**CET-** Centro de Estudos Territoriais

**SCMRJ-** Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz

**CA-** Casa de Acolhimento

**AR-** Acolhimento Residencial

**APDES-** Agência Piaget para o Desenvolvimento

**CPCJ-** Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

**CASA-** Caracterização Anual da Situação de Acolhimento

**LIJ-** Lar de Infância e Juventude

**CAT-** Centro de Acolhimento Temporário

**O.T.N-** Organização Tutelar de Menores

**CPM-** Comissão de Proteção de Menores

**LPCJP-** Lei de Proteção da Criança e Jovem em Perigo

**LTE-** Lei Tutelar Educativa

**CNPCJR-** Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco



## **Introdução**

No âmbito do Mestrado em Mediação Intercultural e Intervenção Social, da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do Instituto Politécnico de Leiria, surge-me a oportunidade de investigar um tema muito desejado, nomeadamente a importância dos agentes institucionais no acolhimento residencial de crianças e jovens e o trabalho que é feito juntos dos jovens adultos com vista à sua autonomização. A grande questão é se os jovens mais velhos que estão perto da saída da instituição estão a ser preparados no que diz respeito à sua autonomização e se os agentes institucionais estão a ter um papel ativo nesta preparação.

De acordo com o que está estabelecido na legislação portuguesa de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, (artigo 49º, nº 147/99, 1 de setembro), o acolhimento residencial é uma medida que passa pela colocação de uma criança ou jovem aos cuidados e à responsabilidade de uma entidade, que se certifique de que este público-alvo tem as suas necessidades básicas asseguradas, bem como o exercício dos seus direitos e deveres.

Assim, esta medida destina-se a crianças e jovens menores de dezoito anos ou menores de vinte e um, desde que façam a solicitação da continuação da intervenção antes de atingir os dezoito de idade, e ainda, menores de vinte e cinco anos caso se encontrem em processos educativos, de formação profissional ou em situações de perigo e a quem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou o Tribunal tenha aplicado uma medida de promoção e proteção de colocação em acolhimento residencial, de modo a protegê-los de alguma situação de perigo.

Neste seguimento, após a colocação da criança ou jovem em acolhimento residencial, é da inteira responsabilidade do Estado e da sociedade assistir e amparar todas as crianças e jovens que necessitam de uma intervenção reparadora. Como podemos ver no relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens [CASA] de 2020, nos últimos dez anos houve uma diminuição no sistema de acolhimento de 25%, isto é, em comparação com as percentagens de há dez anos é menos de um quarto de crianças e jovens, não esquecendo que estes valores do relatório são até à data de 1 de novembro de 2020, onde se encontram em acolhimento residencial e familiar 6.706 crianças e jovens integradas nas mais diversificadas respostas sociais, com incidência nas

casas de acolhimento generalistas, designadamente Lar de Infância e Juventude (LIJ) e Centros de Acolhimento Temporário (CAT) com 86 %.

A intervenção que é realizada junto das crianças e jovens em contexto de acolhimento residencial, tem o intuito de desenvolver e reforçar as competências pessoais e sociais dos mesmos, através de uma intervenção mais individualizada e orientada para a sua autonomização e conseqüente empoderamento. Sendo que, a autonomia, de acordo com os autores Doron e Parot (1998), é um processo que coloca os indivíduos a conquistar as suas normas de conduta originárias da interiorização de regras e valores, seguido a um processo de negociação pessoal com os diversificados sistemas normativos de independência e constrangimentos sociais.

Contudo, tendo em conta a complexidade do trabalho desenvolvido junto deste público, na articulação com os seus sistemas envolventes (institucional, familiar e social), é necessário desenvolver condições que facilitem este processo de comunicação e interação. Tendo então, a mediação um papel de simplificação da comunicação entre os seus sistemas sociais e de proteção, com o intuito de aproximar as suas relações e interações, imprescindíveis ao seu desenvolvimento e autonomização.

Posto isto, a presente investigação tem como objetivo primordial, analisar a perceção dos jovens que estão em acolhimento residencial sobre o acompanhamento que lhes é proporcionado pelos agentes institucionais no sentido de promover a sua autonomização.

Como objetivos específicos: Identificar e compreender os agentes institucionais que, na perceção dos jovens, mais contribuíram para este processo de autonomização; Analisar as estratégias que os agentes institucionais desenvolvem, diretamente com os jovens e com a comunidade, no sentido de preparar a sua autonomização; Analisar as perceções dos jovens sobre o papel dos agentes institucionais na construção de competências de decisão e de orientação em relação às suas escolhas futuras e Analisar as limitações e os constrangimentos que os jovens identificam na preparação do seu processo de autonomização. Em suma, a motivação pela escolha deste tema, deve-se ao facto de ter uma grande relevância social, uma vez que é a realidade de milhares de crianças e jovens e da nossa sociedade, pela necessidade de compreender este fenómeno.

Esta presente investigação terá por base o paradigma fenomenológico-interpretativo (Amado, 2014), onde o plano de investigação passa por analisar se as crianças e jovens em acolhimento residencial estão a desenvolver a sua autonomia, identificar as estratégias que os agentes de mediação utilizam para fazer este trabalho e como encaram as crianças e jovens este processo. Isto é, a finalidade do paradigma é analisar e compreender o significado da realidade e a interpretação que os sujeitos que vivenciam esta realidade apresentam sobre a mesma.

O paradigma fenomenológico interpretativo é um paradigma muito reflexivo, de descoberta, de triangulação, de cruzamento de metodologias e técnicas, cujo objetivo primordial assenta em compreender identidades biopsicossocioculturais e o processo de construção do Eu (Amado, 2014; Faria & Vieira, 2016; Marques et al., 2016; Morin, 2002; Silva, 2009; Vieira, 2003, 2014).

Neste sentido, Bogdan e Biklen (1994) indicam cinco procedimentos fulcrais para a realização da investigação, designadamente, a recolha de dados, o tipo de dados pertinentes, o destaque no processo, a análise dos dados e a procura das interpretações dos sujeitos que participaram no estudo, sendo importante referir que o investigador é o instrumento predileto para a recolha dos dados, devido ao contato direto que tem com as pessoas.

## **Capítulo I – O Acolhimento Residencial no Panorama da Proteção à Infância e Juventude**

### **1.1. Evolução da Proteção e Intervenção com Crianças e Jovens em Perigo**

A Proteção e a Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens tem sido foco de especial atenção e digno de novos desafios e modelos, no que diz respeito à justiça de menores que se manifesta com a participação ativa e comunitária, numa relação de cooperação com o Estado, Estado parceiro e cidadão, fomentador de energias otimizadoras de estabelecimento de redes de desenvolvimento social e emergência.

Portugal é o país pioneiro da criação de leis independentes para menores, isto é, a primeira Lei de proteção à infância, decretada a 27 de maio de 1911, teve como propósitos a prevenção dos males sociais produtores da perversão ou crime entre os menores que tivessem menos de 16 anos e que compromettesse a sua vida, remediar as consequências desses males (Artigo 1º, objeto da Lei de 27 de maio de 1911) e diferenciar o tratamento judicial de crianças para adultos, tendo como funções orientadoras: a pedagogia e a proteção junto de crianças e menores que estejam em situação de “perigo moral”, menores delinquentes, que possuam comportamentos desviantes e que sejam protagonistas de pequenos crimes.

Assim, com esta lei, foram desenvolvidas as Tutorias da Infância, o “tribunal coletivo especial” particularmente de equidade, que se remete a guardar, defender e proteger menores em perigo moral (Artigo 26º da Lei de 27 de maio de 1911), que estejam desamparados (Artigo 58º da Lei de 27 de maio de 1911), ou em situação de delinquência (Artigo 62º, da Lei de 27 de maio de 1911), que com caráter preventivo, operam sobre os jovens com percurso delinvente, mas também sobre aqueles que estavam em risco moral de se encaminharem para a vida da delinquência.

Em 1962, fundamentada na Lei de Proteção à Infância, efetivou-se uma reforma das disposições penais do sistema legal vigente que originou a criação da Organização Tutelar de Menores (O.T.M), pelo Decreto-Lei 44288 de 20 de abril, modificado posteriormente pelo Decreto-Lei 47727 de 23 de maio de 1967, sofrendo uma revisão pelo Decreto-Lei 314/78 de 27 de outubro, que por sua vez, passa a ser estruturada em prol da proteção e bem-estar dos menores.

O sistema disposto na Organização Tutelar de Menores (O.T.M), sofreu diversas apreciações/juízos, porque consistia ainda, em princípios estipulados na Lei de 27 de maio de 1911, isto é, havia um tratamento judicial comum tanto para crianças delinquentes como para as que necessitavam de proteção e não determinava uma distinção na aplicação de medidas, entre menores em situação de perigo e menores transgressores, isto é, ambos eram acolhidos pelas mesmas casas de acolhimento que os pequenos delinquentes, o que originou mais tarde uma modificação/reestruturação da lei devido à sua ineficiência.

Posto isto, de acordo com Ramião (2010), no final da década de 90, foram concretizados diversas investigações e debates que vieram corroborar a ineficácia do sistema vigente e os problemas das providências cautelares aplicadas, que por sua vez, eram idênticas, quer para menores em situação de perigo nomeadamente, maus-tratos, negligência, ausência de cuidados básicos, entre outros, quer se tratasse de menores protagonistas de crimes ou comportamentos desviantes.

No ano de 1991, são constituídas as Comissões de Proteção de Menores (CPM), pelo Decreto-Lei nº. 189 de 17 de maio, que identifica as potencialidades de uma intervenção ativa comunitária na proteção e defesa dos direitos da criança ou jovem em perigo, que por sua vez, são constituídas por equipas multidisciplinares, associadas à problemática da proteção da infância ao nível da comunidade local e orientado a intervenção para o “interesse superior da criança”, paradigma este sustentado nos direitos e princípios universais proferidos na Convenção sobre os Direitos das Crianças.

As Comissões de Proteção de Menores (CPM) têm diversas competências, nomeadamente a execução de medidas de proteção para crianças e jovens, uma atuação com autonomia e independência, em situações em que os jovens possuam 12 anos ou idade superior e não se opõem à sua intervenção e em situações em que o representante legal preste o seu consentimento, sendo estas medidas de proteção idênticas às executadas pelos tribunais, o que levava à substituição do seu poder absoluto, no que diz respeito à aplicação de medidas relacionadas com os menores, desempenhando então um esforço para a promoção de respostas diversificadas e distintas para as crianças vítimas e delinquentes.

Neste seguimento e segundo Ramião (2010), dá-se origem à locomoção do epicentro do modelo de justiça, isto é, de um modelo interventivo paternalista passamos

a assistir a um modelo de promoção e proteção da criança e/ou jovem, que identifica todas as crianças e jovens como atores sociais, na qual a sua proteção e promoção dos seus direitos (individuais, económicos, sociais e culturais) devem estar correlacionados.

A reestruturação de 1999 origina a implementação de duas leis distintas, isto é, a Lei de Proteção da Criança e Jovem em Perigo (LPCJP) e a lei Tutelar Educativa (LTE), que levam à distinção do tratamento jurídico e por sua vez à colocação de crianças e jovens em situações distintas, alcançando assim objetivos diferenciados, mais concretamente, na Lei de Proteção e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei 147/99 de 1 de setembro, é legitimada a intervenção do Estado Social e da Comunidade, tendo em vista a promoção e proteção das crianças e jovens em perigo, a certificação do seu bem-estar e desenvolvimento integral e a promoção dos seus direitos fundamentais. No que diz respeito à Lei Tutelar Educativa, Lei 166/99 de 14 de setembro, o propósito é a promoção da reeducação, bem-estar e a proteção dos menores delinquentes, protagonistas de comportamentos desviantes, com idades entre os 12 e 16 anos, orientando consequentemente a intervenção do Estado, sobre a aplicação das medidas.

Segundo Carreira (2012, como citado em Domingues 2017, p.22), “Quando estudamos as questões de crianças vítimas de maus-tratos, abusos, negligência e outras situações que ponham em causa a sua infância, surge uma reiterada dificuldade em distinguir risco de perigo, sendo conceitos que com facilidade se confundem, pois, a linha de demarcação entre eles é ténue”.

De acordo com a Ordem dos Psicólogos (2019), atualmente os contextos de risco e perigo em que se encontram as crianças e jovens possuem um caráter epidemiológico relevante, pois todos os episódios de negligência, maltrato e abusos são vivenciados num contexto em que a relação com os outros têm um impacto traumático significativo e porque são vividas num período de desenvolvimento nas quais as referências significativas (com proximidade relacional) devem representar um papel de cuidador e protetor.

Posto isto, é crucial que seja feita uma prevenção e intervenção precoce, pois estas experiências relacionais além de terem um impacto desorganizador para as crianças e jovens, também são vivenciadas em contextos de muita proximidade relacional onde a família apresenta-se inicialmente como um fator de risco e proteção fundamental.

De acordo com a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCCR), uma criança e jovem é identificada como estar numa situação de perigo quando há ausência de fatores de proteção.

Segundo o que está discriminado no artigo 3 da Lei nº 147/99 de 1 de setembro, uma criança/jovem encontra-se em situação de perigo por diversificados fatores, designadamente: “quando está entregue a si própria e abandonada”, “quando é vítima de maus tratos (físicos, verbais, psicológicos e emocionais)”, “quando sofre de abusos sexuais”, “quando há ausência de cuidados afetos à sua idade”, “quando é sujeita a trabalhos excessivos e abusados desadequados à sua idade, dignidade e/ou prejudiciais à sua formação e desenvolvimento”, “quando adota comportamentos que colocam em causa a sua segurança e equilíbrio emocional, formação, educação sem que os pais e/ou representante legal se oponha de forma assertiva a eliminar a situação”.

A Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, para uma situação ser considerada como sendo de risco, há uma implicação com um perigo potencial para a materialização dos direitos da criança, apesar de não aumentar a possibilidade de ocorrer como a conceção de perigo consta.

Quando há a presença de fatores de risco nem sempre significa que haja ocorrência de maus-tratos ou que os familiares estejam incapazes de cuidar devidamente dos filhos, por isso é importante que seja feita uma análise integrada. Também é importante referir que os fatores de risco divergem de família para família, isto é, os fatores de risco vão de acordo com os recursos ou fatores protetores que a família dispõe, pois há famílias que apresentam diversos fatores mas que estão habilitados a responder assertivamente às necessidades dos filhos e de acordo com as suas fases de desenvolvimento.

Em suma, diversos são os fatores de risco, nomeadamente os fatores individuais, que dizem respeito por exemplo a défices físicos, psíquicos, doenças neurológicas congénitas ou adquiridas, problemas de saúde crónicos ou atrasos de desenvolvimento, problemas de agressividade e às características físicas (sexo, saúde, traços fisionómicos).

Os fatores de risco familiares que, remetem para a estrutura e composição familiar, podem ser por exemplo a desestruturação familiar, conflitos conjugais, os modos de perceberem dos pais em relação aos filhos, o desconhecimento pelas necessidades das crianças e o estilo de disciplina que os pais adotam para com os filhos.

No que concerne aos fatores de risco socioculturais, estes têm um papel importante no funcionamento familiar e podem representar uma fonte de stress, sobretudo quando este é elevado e a família não dispõe dos recursos necessários para lidar com a situação. Entre estes fatores estão o desemprego, a pobreza, os problemas laborais, o isolamento social, residir num bairro que carece de sentimentos identitários e de responsabilidade, a aprovação da violência como modo de solucionar problemas, a defesa exagerada do valor da privacidade familiar, entre outros.

Segundo Guerra (2003), as medidas de promoção e proteção de crianças e jovens foram consideradas com base no envolvimento da família, enquanto seio natural habilitado de se reabilitar, como também da comunidade, isto é, a família deve estar capacitada para ir ao encontro das sinergias que necessita da comunidade para solicitar a proteção das suas crianças e jovens, sendo que, para isso é fundamental que estabeleça com a mesma uma relação de comprometimento e integração, na aplicação e eficácia das medidas.

As medidas de promoção dos direitos e proteção têm diversificados objetivos, nomeadamente distanciar o perigo em que as crianças e jovens se encontram, providenciar as condições necessárias que lhes deem segurança, saúde, educação, bem-estar, formação e desenvolvimento integral e assegurar a recuperação física e psicológica na eventualidade de terem vivenciado alguma forma de exploração e/ou abuso.

Neste seguimento, as medidas podem ser em meio natural de vida, designadamente apoio junto da família ou pessoa idónea e apoio para a autonomização, como também em regime de colocação nomeadamente, o acolhimento residencial e o acolhimento familiar. No que diz respeito à medida de confiança à pessoa selecionada para adoção, família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção, é tido em conta a execução no seio natural de vida nos primeiros três casos de colocação.

## **1.2. Contextualização legal e histórica do Acolhimento Residencial**

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) tem sido assinalada por várias mudanças estruturais e funcionais, como está discriminado na atual Lei n.º 26/2018, a 5 de julho, tendo esta sofrido alterações anteriores pela Lei n.º 147/99 de 1 de



setembro de 2001, pela lei n.º 31/2013, de 22 de agosto, em 2015 pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro e em 2017 pela Lei nº 23/2017 (LPCJP). O objetivo primordial desta lei é promover e proteger as crianças e jovens que se encontram em perigo, de modo a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral (artigo 1º, LPCJP).

A presente LPCJP, identifica as crianças em perigo, aquelas que, de algum modo, não têm os seus direitos garantidos, designadamente, a saúde, educação, formação, a segurança e o seu desenvolvimento (artigo 3º, nº1).

A intervenção que vai ao encontro da promoção dos direitos e proteção das crianças e ou jovens em perigo, acontece quando, os pais, tutores ou representante legal, não têm capacidades de garantir a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento das crianças e/ou jovens, colocando-as, conseqüentemente, em perigo ou quando o perigo é resultante das ações de terceiros ou omitido pelos mesmos e pela própria criança e/ou jovem (LPCJP, 2001, 2003, 2015).

O Acolhimento Residencial (AR), anteriormente denominado por Acolhimento Institucional (AI) (antes da alteração do artigo. 49º da LPCJP, 142/2015), é uma medida que passa pela colocação de crianças ou jovens à responsabilidade e aos cuidados de uma entidade que tenha as devidas condições para satisfazer as suas necessidades, nomeadamente, instalações, equipamentos de acolhimento e recursos humanos permanentes, adequadamente dimensionados e habilitados (artigo 49º. da LPCJP).

Esta medida, tem como objetivo contribuir para a criação de condições que assegurem a devida e saudável satisfação das necessidades básicas (físicas, psíquicas, emocionais e sociais) das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, contribuindo conseqüentemente para a sua integração em contexto sociofamiliar protegido e fomentando a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral (artigo 49º. da LPCJP).

No que diz respeito à evolução histórica do Acolhimento Residencial, segundo Rodrigues, Barbosa-Ducharne e del Valle (2013), verificamos que até aos anos oitenta do século XX, o sistema de acolhimento estava predominantemente sob a incumbência de organizações religiosas, motivadas por tradições de cariz religioso, designadamente, práticas de caridade a crianças e jovens negligenciados. Também, era um modelo

conhecido pelas suas instituições de grande dimensão e pela quantidade reduzida de profissionais qualificados e focados, principalmente no que diz respeito à satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens que se encontravam acolhidas.

Contudo, devido às contínuas alterações legislativas, tem sido possível substituir o modelo institucional por um modelo de cariz familiar, caracterizado por Casas de Acolhimento de dimensão mais reduzida e com um menor número de crianças, favorecendo a ligação destes à comunidade e à família, possibilitando a integração de profissionais qualificados, com quem conseguem ter uma relação mais saudável e segura e uma intervenção com o supremo interesse no desenvolvimento integral da criança e do jovem.

De acordo com Delgado e Gersão (2018), a revisão da Lei de 2015 do Acolhimento Residencial, não trouxe alterações significativas ao artigo 49º, apesar de ter melhorado o seu aspeto formal, mas o mesmo não aconteceu com as modalidades do acolhimento e a respetiva distinção das instituições.

A Lei nº. 147/99 do Acolhimento Residencial, diferenciava o acolhimento de “curta duração” e o “acolhimento prolongado”, tendo em conta a sua duração, isto é, se fosse inferior a seis meses ou se esse período fosse excedido. Também, diferenciava as instituições de acordo com a modalidade de acolhimento nomeadamente, as (CAT), dirigidas ao acolhimento de curta duração e os (LIJ), destinadas ao acolhimento prolongado.

A realização desta distinção tinha o seu propósito, isto é, as desiguais perspetivas temporais de acolhimento exigem às instituições diferentes modelos organizacionais, diferentes recursos e linguagens por parte dos educadores, pois, ponderou-se que para as crianças que estejam em acolhimento prolongado, seria perturbador confrontarem-se constantemente com a saída de outras após transitórias permanências.

A distinção das instituições termina com a Lei nº. 142/2015, quando se prevê somente as “casas de acolhimento” (artigo 50.º, n.º 1), que coloca a possibilidade de estas casas serem organizadas por “unidades especializadas” designadamente casas para “resposta em situações de emergência”, casas para “respostas problemáticas específicas” e os “apartamentos de autonomização”, sendo que, quando não for possível encontrar

estas unidades, as crianças e os jovens serão colocados em casas generalistas, independentemente do propósito do acolhimento, isto é, quer seja acolhimento “a título cautelar” (provisório), situações de emergência ou até mesmo quando se efetua o estudo do seu encaminhamento ou se trate da aplicação estável de medida (independentemente da duração do acolhimento).

Posto isto, o prolongamento da estadia das crianças e jovens nas casas de acolhimento temporário, muitas vezes excediam os seis meses previstos, coisa que a Lei n.º 147/99, receava frisando até que esse período devia ser excedido quando o diagnóstico situação e a definição do encaminhamento assim o justificasse até ser possível o retorno à família (artigo 50.º, n.º 3).

Em suma, como podemos ver no relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens [CASA] de 2020, nos últimos dez anos houve uma diminuição no sistema de acolhimento de 25%, isto é, em comparação com as percentagens de há dez anos é menos um quarto de crianças e jovens, não esquecendo que estes são os valores do relatório até à data (1 de novembro de 2020), onde se encontrava em acolhimento residencial e familiar 6.706 crianças e jovens divididas pelas mais diversificadas respostas sociais, com incidência nas casas de acolhimento generalistas, Lar de infância e Juventude (LIJ) e Centros de Acolhimento Temporário com 86%.

### **1.3. Princípios do Acolhimento Residencial**

De acordo com o Manual de Boas Práticas do acolhimento residencial de crianças e jovens (ISS, 2006, p106), o acolhimento residencial tem por base princípios e valores que foram originados através dos direitos fundamentais que devem essencialmente ser assegurados a todos os residentes, famílias, colaboradores, dirigentes especialistas e a todas as pessoas com quem a organização tenha algum tipo de relacionamento.

Segundo Gomes (2010), o acolhimento residencial tem o intuito de possibilitar um modelo familiar recetor, onde todos os procedimentos de trabalho a realizar se posicionam em torno das necessidades biopsicossociais, afetivas e emocionais da criança e jovem e onde é definido posteriormente o projeto de vida de cada um tendo em conta a sua individualidade e superior interesse, sendo que estas crianças e jovens participam

ativamente tendo especial atenção às suas capacidades e com a participação da família se houver esta possibilidade.

De acordo com a teoria produzida e defendida por Gomes (2010), são referidos princípios apontados como elementares para um acolhimento residencial de boa qualidade nomeadamente:

O respeito pelos direitos da criança/jovem e da família, pretendendo estimular a frequência do contacto que têm. A intervenção junto das famílias é estruturada de acordo com um plano que está sempre sujeito a possíveis alterações e retificações, tendo em conta o desenvolvimento do processo. O acompanhamento que é realizado durante as visitas possibilita a observação da relação que a criança estabelece com os seus familiares, auxiliando consequentemente as famílias a melhorar as suas competências parentais, de modo a estarem consciencializados das suas necessidades e adotarem uma resposta adequada às mesmas.

A satisfação das necessidades básicas da criança/jovem, através de uma satisfatória salvaguarda das necessidades básicas, no que diz respeito a equipamentos, alimentação, higiene e vestuário, assegurando assim os elementos fulcrais para o desenvolvimento seguro e saudável das crianças e jovens.

Garantia da escolaridade ou alternativa educativa, isto é, todas as crianças e jovens devem obrigatoriamente ser beneficiários de educação, seja ela formal, informal e/ou vocacional, ou seja, esta realidade deve ser uma prática no acolhimento residencial. Contudo, para as crianças e jovens que estão em acolhimento residencial, esta é a área em que são visíveis superiores dificuldades/obstáculos devido à ausência de estimulação, défices cognitivos e ausência de motivação, levando à necessidade da promoção de hábitos de trabalho, mais concretamente através de uma supervisão próxima e entrega da equipa que os acompanha.

É importante que todas as crianças e jovens tenham os seus cuidados médicos e outros cuidados de saúde garantidos.

Garantir um ambiente reparador e terapêutico de modo a beneficiar a intervenção e para que as crianças e jovens consigam ter confiança nos seus cuidadores, sintam segurança nos vínculos que criam com os mesmos e para que a relação seja saudável, isto claro, conseguido através da segurança e proteção que lhes dão.

A capacidade de colocar as crianças e jovens a participarem nas atividades da comunidade, leva a que estas se integram na sociedade, o que lhes dá consequentemente

a oportunidade de desenvolverem outras relações de amizade, vivenciam novas experiências, fulcrais para o seu desenvolvimento e a adoção de um estilo de vida semelhante ao ambiente familiar.

A reintegração familiar das crianças e jovens é o objetivo primordial do acolhimento residencial, pelo que é imprescindível alcançar a confiança das famílias para que seja possível dar-lhes o devido apoio, sendo que, esta deve ter conhecimento dos seus direitos e deveres, cooperar com a evolução do processo para que possa participar no projeto de vida da criança e jovem.

É importante referir que as equipas que fazem o acompanhamento das crianças e jovens devem apoiar as suas famílias na identificação de aspetos a necessitar de ser mudados, a recorrer ao seio familiar, para que seja possível a devida orientação e definição de prioridades de vida, apesar de que esta é uma tarefa complicada, pois, maioritariamente há uma grande dificuldade em estes reconhecerem o que necessita ser mudado e na disponibilidade para a mudança.

Certificar e potenciar a fase de crescimento e individualização de cada criança e jovem para que estes estejam capacitados para fazer escolhas, solucionar problemas, adquirirem poder de decisão e orientação, para que a transição da casa de acolhimento não seja tão assustadora pela falta de competências, justificando assim a *importância para a autonomização e respeito pela individualidade* de cada criança e jovem e suas respetivas necessidades. No entanto, para este desafio ser conseguido é preciso que seja criado um programa individualizado de intervenção que tenha em especial consideração as suas características e dificuldades e que defina estratégias que visam a superação das dificuldades.

É fundamental compreender e aceitar o *seu direito à participação* na vida da casa de acolhimento, isto, porque só assim as crianças e jovens conseguirão exteriorizar as suas ideias e vontades, o que contribui para o seu desenvolvimento saudável.

As equipas que trabalham em casas de acolhimento têm a importante missão de facultar a todas as crianças e jovens a confiança para acreditarem no seu futuro e a terem noção de que estando ou não com a família biológica, têm o mesmo direito de *definir o seu projeto de vida*.

Posto isto, cada vez há mais exigências no que diz respeito às *residências*, para que estas tenham as necessidades e interesses das crianças e jovens que acolhem assegurados, tendo em conta os desafios e obstáculos que vão surgindo diariamente e que

estejam aptos a desenvolver estratégias que garantem a equidade de tratamento e que facultam um ambiente estabilizador e preferivelmente semelhante ao de um ambiente familiar.

## Capítulo II – Autonomia

### 2.1. O processo de autonomia e a adolescência

De acordo com Santos (1991), a autonomia é a “habilidade de viver na solidão inevitável a que o Homem é conduzido pelo seu segredo, pela intimidade secreta, pelos seus fantasmas, medos, amores confessos e inconfessáveis, pelo mundo que o próprio criou” (p.313).

No âmbito deste estudo, aproximamo-nos mais da conceção apresentada pela Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES) que afirma que “a autonomia comporta múltiplas características, designadamente a separação-individuação, a maturidade psicossocial, a capacidade de autorregulação, o autocontrolo, a autoeficácia, a autodeterminação, a capacidade de decisão e a independência.” (Pimentel, Lopes, Gaspar, Antão, Conde, Gaspar & Mira dos Santos, 2019, p.5)

A adolescência é um período muito importante para a solidificação da identidade pessoal, psicossocial e sexual e como refere o autor Erikson (1976), o sentimento de identidade é o sentimento intrínseco que suscita muitas mudanças e transformações quer a nível físico, social e cognitivo ao longo da nossa existência, mudanças estas que segundo Fleming (2004), preparam os jovens para a autonomia.

Assim, como resposta a essas significativas mudanças, alguns adolescentes conseguem adquirir dos seus pais ou tutores alguma autonomia que lhes permite tomar decisões, fazer escolhas por si mesmos, mas o mesmo não acontece com outros jovens, que muitas vezes apresentam dificuldades nesta capacidade de autodeterminação.

A revisão da literatura apresenta que, sob o enfoque evolutivo, os jovens para introduzirem-se na vida adulta devem possuir determinadas competências, que são desenvolvidas e associadas aos estilos educativos dos pais, sendo algo que tanto pode ser benéfico como prejudicial para o desenvolvimento dos adolescentes. Sendo que, o desenvolvimento da autonomia é das tarefas mais desejadas e exigidas que os jovens adotem na adolescência intermediária.

De acordo com Spear e Kulbok (2004) como citado em Pires (2011), a autonomia pode ser percebida como a capacidade de ser independente ou autogovernar-se, já

segundo Fleming (2005), Steinberg e Silverberg (1986), a autonomia é a capacidade de pensar, sentir, tomar decisões e agir por próprio sem depender de outro alguém.

No entanto, a autonomia e a independência não podem ser confundidas nem identificadas como sinónimos, isto porque a independência está associada à capacidade que os jovens têm de agir por si mesmos, o que é importante e necessário que estes se tornem autónomos, mas a autonomia é mais que possuir comportamentos independentes, ou seja, é ter pensamentos, sentimentos e tomadas de decisão que abrangem o próprio sujeito, outros elementos da família, os pares ou pessoas que não fazem parte do círculo familiar, é um processo complexo que envolve mudanças e transformações nas relações familiares.

Segundo Noom, Dekovic e Meeus (1999) como citado em Pires (2011), existem três níveis de habilidades da autonomia, nomeadamente a autonomia atitudinal, que remete para a perceção de metas através de analisar as oportunidades e desejos, ou seja, quando os jovens têm a capacidade de perceber as suas capacidades cognitivas e através das mesmas traçarem as suas metas e atuarem. A autonomia funcional ou condutual, diz respeito à identificação de estratégias pela análise do autorrespeito e controle, pela habilidade de fazer tomadas de decisão e de resolver os seus assuntos sem auxílio dos pais, isto é, quando os adolescentes são capazes de definir estratégias para alcançar os seus objetivos de forma independente. A autonomia emocional remete para os processos de independência emocional dos pais e dos pares, que acontece quando os jovens têm segurança e confiança e definem as suas metas mesmo que não vão ao encontro dos desejos e vontades dos pais e pares.

Assim, a promoção da autonomia com jovens em acolhimento residencial deve ser um procedimento gradual centrado na individualidade de cada um e na sua autonomia, facultando-lhes a possibilidade de fazerem escolhas, tomadas de decisão, e participarem ativamente em atividades exteriores à casa de acolhimento de modo a promover a sua integração na comunidade, o contato com a realidade exterior e o desenvolvimento das suas competências sociais e pessoais.

De acordo com o Manual de Boas Práticas para o acolhimento residencial das crianças e jovens (Leandro, A., Alvarez, D., Cordeiro, M., Carvalho, R., César & M., Pereira, J. 2006), o trabalho de estimulação de competências sociais com crianças e jovens



acolhidos é de extrema importância, principalmente se for próximo de um modelo familiar, isto é, onde as crianças e jovens possam participar na confecção de refeições e na compra dos produtos alimentares e de higiene, para que desenvolvem um consumo consciente, pois através destas tarefas estarão em contato com os produtos, com o seu valor monetário e com a sua qualidade, ou seja, são tarefas que os colocarão a fazer escolhas e a desenvolver a sua autonomia.

Em suma, a promoção da autonomia com jovens acolhidos deve ter sempre em especial atenção a condição em que os jovens se encontram, o seu passado e conhecer as suas vulnerabilidades que, conseqüentemente, representam um desequilíbrio nas suas vidas.

### **2.1.1. A importância da promoção da autonomia em acolhimento residencial**

De acordo com Barth, R., Greeson, J., Zlotnik, S. e Chintapalli, L. (2009), a criação de programas de autonomia de vida é imprescindível para os jovens, na medida em que beneficiam a integração e autonomização dos mesmos na sociedade. No entanto, a promoção da autonomia não é tarefa fácil, pois não existe um método único para todos os jovens, porque cada indivíduo é único em todas as suas necessidades, potencialidades e vulnerabilidades. Assim, este processo de autonomização deve ser gradual e centrado na individualidade de cada jovem, facultando-lhe a oportunidade de fazer escolhas e tomar decisões, bem como estimular e potencializar as suas competências pessoais e sociais e fomentar a sua participação ativa nas atividades exteriores às casas de acolhimento.

De acordo com Georgiades (2005), os jovens que estão em acolhimento residencial onde não foram elaborados programas de preparação para a autonomia de vida, são os que têm maior probabilidade de após a saída da casa de acolhimento, necessitar de ajudas monetárias públicas, pois não usufruíram de nenhuma preparação para a vida autónoma, ao contrário do que acontece com os jovens beneficiários destes programas, que têm a capacidade de os valorizar e considerar, pois foi por meio destes, que obtiveram as competências necessárias como por exemplo, a gestão financeira, a procura ativa de emprego, a gestão de uma vida diária doméstica, entre outras.

Segundo o Manual de Boas Práticas para o acolhimento residencial das crianças e jovens (Leandro, A., Alvarez, D., Cordeiro, M., Carvalho, R., César & M., Pereira, J. 2006), é essencial que os residentes tenham a possibilidade de fazer escolhas e tomadas de decisão, de modo a fomentar o seu bem-estar emocional, autonomia e autodeterminação e que tenham a liberdade de exteriorizar as suas opiniões sobre as dinâmicas da casa de acolhimento.

De acordo com Lourenço (2014), ter um desenvolvimento de autonomização bem-sucedido é um procedimento difícil, constituído por muitas contradições e ambivalências associadas a diversificadas variáveis, podendo estas ser internas como por exemplo a autoestima, a perceção do ambiente, relações com a autoridade, desejo e necessidade de independência, vontade de fazer tomadas de decisão, ou as variáveis externas que estão intimamente relacionadas com as anteriores, nomeadamente, a estrutura familiar, a comunicação familiar, presença ou ausência de uma figura de autoridade, ambiente psicossocial e emocional no contexto familiar ou de acolhimento.

De acordo com Carvalho e Cruz (2015), poucas são as medidas de apoio para a autonomia de vida existentes em Portugal, sendo elas, apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social para jovens com idades superiores a 15 anos e que estejam a integrar programas de formação que os habilitem e lhes deem a possibilidade de serem independentes e autónomos conseguindo consequentemente viver sozinhos sem depender de outrem. Esta medida também pode ser aplicada a mães com idade inferior a 15 anos se for verificado que é necessário.

Contudo, segundo Cruz, Lopes e Carvalho (2016), as Casas de Acolhimento Residencial possuem falhas quando não fazem um trabalho de promover a autonomia das crianças e jovens acolhidos e apesar de estas casas serem sujeitas a melhoramento de espaços de modo a torná-los mais individualizados, muitos são os profissionais que acreditam que ainda há muito trabalho a ser feito nesta área, pois acreditam que os jovens antes de abandonarem as casas de acolhimento devem passar por apartamentos de autonomização e por projetos de autonomia supervisionados.

Segundo Cruz, Lopes e Carvalho (2016), nestes apartamentos de autonomização possibilita-se aos jovens realizar tarefas diárias com as quais se vão deparar após a transição do acolhimento, onde podem desenvolver competências pessoais, como a lida

doméstica, aprendem a cozinhar, higienizar a casa, fazer compras, efetuar pagamentos por multibanco ou no banco, entre outras. Estas aprendizagens facultam aos jovens competências fundamentais para uma vida independente e autónoma, sendo importante referir que estas tarefas devem ser sempre supervisionadas pelos cuidadores.

Em suma, Sousa (2015) refere que cada jovem tem um processo de autonomização diferente e para esse efeito devem ser merecedoras de especial atenção às condições do jovem que são importantes para que a saída seja possível, fazer a definição de estratégias para a adoção de uma vida autónoma e para que o jovem esteja capacitado para ir em busca dos seus objetivos pessoais, tendo sempre em conta a sua rede social e os recursos a que este tem acesso, de modo a assegurar a sua segurança após a saída da casa de acolhimento.

De acordo com Carvalho e Cruz (2015 a), nos últimos anos houve alterações no perfil das crianças e jovens acolhidas, isto é, há predominância de jovens com mais de 14 anos, com problemáticas mais complexas e retaguardas familiares vulneráveis e/ou inexistentes, que justificam o desenvolvimento de projetos direcionados para a autonomização destes jovens.

Em suma, nesta respetiva área de intervenção, todas as ações realizadas estão direcionadas para a valorização da diversidade de oportunidades para as crianças e jovens, isto é, para terem oportunidade de participar na vida social e nas tomadas de decisão que esta exige, potenciando também a execução de escolhas num plano crescente de autonomia, responsabilização e partilha com os pares e os adultos.

## Capítulo III – Mediação

### 3.1. Conceção de Mediação

Cohen-Emerique (1997), Torremorell (2008), Vieira (2013, 2016), Vieira (1999, 2003, 2009, 2011, 2016) quando falam de mediação vão além da mediação de conflitos que muito é abordada na área do direito. Isto é, descrevem a mediação enquanto prática educativa, pedagógica, transformadora e reabilitadora, que apresenta as relações como motivo de aprendizagem e de construção social.

De acordo com Vieira e Vieira (2016), a mediação é um procedimento de negociação, regulação e transformação perante a existência de um conflito, pois, o “conflito deve ser percecionado como algo inerente à condição humana, que origina uma transformação pessoal e social que pode representar uma riqueza no que diz respeito ao relacionamento pessoal e intercultural” (p31).

Assim, ao falar de mediação é importante destacar a existência dos diversificados tipos de mediação, isto é, a mediação perante a existência de um conflito, ou seja, uma mediação resolutiva ou reabilitadora (Cohen-Emerique, 1997; Vieira & Vieira, 2016) ou uma mediação anterior à existência de um conflito, ou seja, uma mediação preventiva (Cohen-Emerique, 1997; Vieira & Vieira, 2016).

Segundo Vieira (2011) citado por Costa (2017), a mediação sociocultural é de extrema importância para as pessoas, famílias e comunidades, não só para intervir em situações de crise, mas também “antes do fim da linha”. No que diz respeito à intervenção social, seja ela de cariz pessoal, cultural, social, comunitária, escolar e institucional, a mediação tem duas vertentes como descritas anteriormente, no entanto, é de extrema importância o desenvolvimento de políticas que possibilitem uma ação mais preventiva.

Posto isto, a urgência deste tipo de mediação deve-se à sua notória ausência e necessidade, pois este tipo de mediação é fundamental para impossibilitar que as tensões sociais e as diferenças nos guiem a desigualdades extremas, a conflitos e problemas gravíssimos como por exemplo, o bullying, o racismo, a homofobia, xenofobia, entre outros, pois como afirmam Vieira e Vieira (2011, p201), o mediador intercultural é um tradutor e facilitador da comunicação que vai ao encontro de vias para que a convivência

seja possível sem conflitos sociais e possibilite a tão desejada (con) vivência”. No que concerne à mediação resolutiva, a sua visibilidade é maior porque é a que está presente na vida diária de todas as pessoas.

De acordo com Torremorell (2008) e com Vieira e Vieira (2016), a mediação independentemente de ser reabilitadora ou preventiva, o objetivo é o mesmo, isto é, a transformação dos sujeitos, pois, hoje vivemos num contexto social intercultural, em que precisamos mais de aceitação, compreensão e não de tolerância, e neste sentido, a mediação necessita de ser uma realidade, sendo que promove a integração para a mudança social e coesão social, bem como para a (re) transformação da humanidade do sujeito, isto é, do eu e do nós.

Posto isto, Torremorell (2008), distingue os diversos tipos de mediação, tendo como suporte as dimensões relacionais do sujeito, isto é, a mediação como formação integral, a mediação como processo que veicula a convivência interpessoal, a mediação como sendo coeficiente de coesão intragrupal, a mediação como nó de intercomunicação intergrupala e, por fim, mas não menos importante, a mediação como cultural social.

O primeiro tipo de mediação é o mais próximo do sujeito por ser inerente ao próprio, isto é, possibilita ao sujeito uma transformação através das próprias aprendizagens, experiências vividas, da autorreflexão, dos comportamentos e das relações. Segundo Torremorell (2008) é um procedimento que exige reconhecimento, reconstrução, reencontro e um vasto leque de aprendizagens (...) Estamos a falar de aprender a ser (p.72).

No que diz respeito ao segundo tipo de mediação, este remete-nos para a relação com os outros com quem partilhamos o nosso dia-a-dia, como a família, os colegas de trabalho, ou os amigos mais chegados, o que leva a que haja mais conflitos neste nível, pois há maior saturação de uns para os outros, o que justifica a necessidade de uma mediação de promoção de convivência. Como afirma Torremorell (2008), “a mediação é um processo veiculador de convivência e construtor de pontes entre pessoas” (p.73).

O terceiro tipo de mediação, faz alusão à mediação no seio de diversos grupos que o sujeito frequenta, sendo ele formal ou informal, ou seja, esta mediação direciona-nos para a coesão do grupo devido à necessidade de criar estratégias de cooperação. Assim e

de acordo com Torremorell (2008), “a mediação age no interior dos grupos representando o coeficiente de coesão que, estimula a dissensão, o debate reflexivo e o questionamento das dinâmicas estabelecidas” (p.74).

Neste seguimento, manifesta-se a necessidade de mediação entre grupos, isto é, a mediação intergrupala, uma vez que, diversos são os grupos que se relacionam entre si, ou seja, que interagem de diversas formas. Contudo, dentro de cada grupo existem vários membros com identidade pessoal e grupal e, na relação com os outros manifestam-se conflitos que necessitam de mediação, neste sentido, Torremorell (2008), refere que “a mediação beneficia o exercício conjunto e efetivo, promovendo o intercâmbio e a participação ativa que aglutina e não divide” (p.74).

O último tipo de mediação identificado por Torremorell (2008), é um nível que exige uma mediação mais macro, ou seja, a mediação como cultura. Com isto, o autor alerta para a existência de diversificadas culturas, modos de ser e pensar, num mundo global onde a mediação terá um papel fulcral para o caminho da paz, isto é, “substituir a cultura do confronto pela do consenso”

Em suma, de acordo com Vieira e Vieira (2016), o interventor social, independentemente, da sua formação base, deverá exercer a sua profissão com base na mediação, com o intuito de facultar oportunidades para a tomada de decisões das partes envolvidas, empregando técnicas que apoiam a comunicação na resolução de situações concretas entre as partes, de forma assertiva, construtiva e interativa e que consigam a sua capacitação, a sua autonomia e *empowerment*.

Assim, segundo Azevedo (2005, p3 como citado em Costa, 2017), “Mediar é fazer a ponte, é criar relação e comunicação, é informar, é articular, é aconselhar, é gerar confiança, é facilitar a assunção de compromissos entre as instituições e entre as pessoas”.

## **3.2. Mediação no Acolhimento Residencial**

### **3.2.1. Papéis, funções e lugares dos mediadores**

“A intervenção social é uma arte assente em artesanato social e a mediação é o ato de tecer laços entre as pessoas por mais distintas que possam, à primeira vista, parecer.” (Montenegro, 2008, p2).

As crianças e jovens representam um elemento integrante num sistema de relações, por isso, quando não estão asseguradas no seu seio natural de vida as necessidades de que precisam, nomeadamente a proteção, a segurança, a saúde, a formação, entre outros, o seu desenvolvimento integral fica conseqüentemente prejudicado, isto porque também são um grupo etário que apresenta carências próprias de caráter pessoal, social, emocional, comportamental, que exigem um cuidado especial por parte dos adultos e profissionais.

Contudo, quando a família não atua de forma homeostática na preservação da integridade física e psicológica da criança e jovem, está a posicioná-la numa situação de perigo e de vulnerabilidade para o seu desenvolvimento integral. Neste seguimento, quando esta é a realidade, as crianças e jovens são distanciadas dos seus contextos de origem e colocadas em casas de acolhimento, ao abrigo da lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, sendo esta uma medida de último recurso.

Posto isto, a intervenção local que é realizada junto deste público e respetivas famílias é da responsabilidade, em primeira instância, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), que é uma instituição oficial não judiciária, com autonomia funcional e que faculta um serviço importante de atendimento e acompanhamento social.

O acolhimento residencial é um lugar de passagem que em nada define as crianças e jovens que lá passam, isto é, o acolhimento é uma condição transitória com o principal foco no desenvolvimento integral e vida da criança e jovem que lá passam.

É um lugar onde acontece o desenvolvimento das crianças e jovens, onde estas podem crescer e desenvolver-se a nível cognitivo, emocional e relacional e prepará-los para uma transição autónoma e independente.

Assim, neste contexto, Torremorell (2008), afirma que a mediação se apresenta como um complemento fulcral ao desenvolvimento da casa de acolhimento para trabalhar a autonomização das crianças e jovens e para os ajudar a criar projetos de vida saudáveis, isto é, ter um papel transformador.

Enquanto prática social e educativa, a mediação possibilita a promoção das relações interpessoais ao propiciar interações positivas, suportadas pelo reconhecimento das desigualdades e identidades, do pensamento crítico, do trabalho cooperativo, o respeito pela diferença e diversidade, a valorização pelo trabalho de autonomização, a

prevenção de eventuais situações de conflito e a transmissão de novas formas de lidar com situações negativas e conflituosas.

Assim, Torremorell (2008), reforça que tendo em conta todas as potencialidades da mediação em contexto de acolhimento residencial com crianças e jovens, pode-se afirmar a sua extrema importância, quer no que diz respeito à disponibilização de ferramentas essenciais para as crianças e jovens aprenderem a conviver com a diferenças e saberem inseri-las na sua vida, como também no melhoramento das suas relações interpessoais.

Em suma, a dificuldade que estas crianças e jovens vivenciam ao longo da vida, exige por parte das entidades competentes uma maior reflexão, atualização e reorganização dos procedimentos.

De acordo com Goleman (1997), “um olhar mais atento às mecânicas dos problemas específicos sugere o modo como determinados défices nas competências sociais ou emocionais lançam as bases de problemas graves, e como medidas corretivas ou preventivas bem direcionadas podem ajudar a manter as crianças no bom caminho” (p.256).



## **Capítulo IV – Estudo Empírico**

O presente capítulo destina-se a enquadrar a metodologia de investigação utilizada para este estudo, pois de acordo com Vieira (2014), a metodologia é a direção a seguir para se atingir o conhecimento científico.

Assim, em primeira instância serão explanados os objetivos, definidos de acordo com a problemática de estudo, utilizando este momento para identificar a pergunta de partida que está na génese do presente estudo. O segundo momento é constituído pela reflexão acerca das opções metodológicas utilizadas e as técnicas de recolha da informação.

Num terceiro momento explicar-se-á a delimitação do universo e da população de estudo, tal como o caminho feito no trabalho de campo, ou seja, explicar-se-ão as estratégias de abordagem ao terreno empírico. Por fim, o último momento passa por explicar a técnica utilizada para a análise e tratamento de dados.

### **4.1. Objetivos**

Na nossa sociedade, existem muitas crianças e jovens que não têm suporte familiar, que não estão protegidos por famílias que lhes garantam um suporte psicossocial e material adequado ao seu pleno desenvolvimento. Muitas delas são fruto de famílias desestruturadas, multiproblemáticas (Alarcão, 2006), ou até mesmo disfuncionais (Martins, 2005), que passam por muitas inseguranças no que diz respeito aos valores culturais e aos direitos. Assim, após avaliações complexas, multidisciplinares e multifatoriais, acontece serem sinalizadas crianças e jovens em perigo à luz da LPCJP.

No artigo 35º da LPCJP, estão previstas diversas medidas de promoção e proteção, sendo que a prioridade do sistema de proteção são as medidas junto da família, quer seja esta nuclear ou alargada. Acontece que, quando não existem estas possibilidades, ou quando estas não promovem os efeitos desejados para a promoção e proteção dos direitos e desenvolvimento integral do sujeito, é proporcionado o afastamento do seio familiar, através da medida de acolhimento residencial.

Neste seguimento, esta investigação pretende estudar sujeitos que vivem em acolhimento residencial e se estes estão a ser preparados para a autonomia e consequentemente para a vida no exterior da casa. Assim, a presente investigação tem na sua génese a seguinte pergunta de partida: Qual a perceção de jovens em acolhimento residencial sobre o papel dos agentes institucionais no seu processo de autonomização?

Esta investigação rege-se pelo seguinte objetivo geral: Analisar a perceção dos jovens que estão em acolhimento residencial sobre o acompanhamento que lhes é proporcionado no sentido de promover a sua autonomização. No entanto, este objetivo subdivide-se noutros objetivos específicos, nomeadamente:

- Compreender o significado que os jovens atribuem ao processo de construção da sua autonomia;
- Identificar e caracterizar os agentes institucionais que, na perceção dos jovens, mais contribuem para o seu processo de autonomização;
- Analisar a perceção que os jovens têm sobre as estratégias que os agentes institucionais desenvolvem, diretamente com eles e com a comunidade, no sentido de preparar a sua autonomização;
- Analisar as perceções dos jovens sobre o papel dos agentes institucionais na construção de competências de decisão e de orientação em relação às suas escolhas futuras;
- Analisar as limitações e os constrangimentos que os jovens identificam na preparação do seu processo de autonomização.

## **4.2. Metodologia**

De acordo com Vieira e Vieira (2018), a metodologia é “o caminho a percorrer para “alcançar” o conhecimento científico, o ponto de partida passa pelo quadro teórico que escolhemos para o nosso estudo, como vimos. E é através desse lugar que iremos definir o caminho: a escolha das opções metodológicas” (p.35).

A estratégia metodológica é um procedimento muito importante numa investigação científica, pois é através deste que se encontra o fio condutor imprescindível à investigação, através de métodos e instrumentos metodológicos precisos e fundamentais para a realização do estudo.

Tendo em conta as palavras de Vieira (2014), será utilizado nesta investigação o paradigma fenomenológico interpretativo, interpretativo, reflexivo, de descoberta, triangulação e de cruzamento de metodologias e técnicas, com o intuito de compreender as identidades biopsicosocioculturais, isto é, a construção do Eu (Amado, 2014; Faria & Vieira, 2016; Marques et al., 2016; Morin, 2002; Silva, 2009; Vieira, 2003, 2014).

O “paradigma fenomenológico interpretativo”, pretende conhecer o fenómeno social do processo de autonomização em contexto de acolhimento residencial em profundidade, dando ênfase à singularidade das vivências dos sujeitos e aos seus entendimentos particulares das situações vivenciadas.

Seguindo os pressupostos do paradigma fenomenológico-interpretativo, como apresentado por Amado (2014), o nosso plano de investigação passa por analisar as perceções dos jovens em acolhimento residencial sobre o desenvolvimento da sua autonomia, identificar as estratégias que os agentes institucionais utilizam para fazer este trabalho e como este público encara este processo, ou seja, a finalidade do estudo é analisar e compreender o significado da realidade e a interpretação que os sujeitos que vivenciam esta realidade apresentam sobre a mesma (Amado, 2014; Faria & Vieira, 2016; Marques, Faria, Silva, Vieira & Lopes, 2016; Morin, 2002; Silva, 2009; Vieira, 2003, 2014).

Tendo em conta a reflexão de Moreira (2007), “a abordagem qualitativa parte da suposição de que o mundo social é construído com significados e símbolos, o que obriga a procura dessa mesma construção e dos seus respetivos significados (...) descreve e compreende em pormenor os meios através dos quais os sujeitos empreendem ações significativas e criam um mundo seu e dos demais” (p.49), por sua vez, também tenciona que os investigadores criem empatia durante o estudo com os participantes e que haja um esforço por parte destes para compreender as diversificadas perspetivas existentes, sem que caiam no erro de fazer juízos de valor (Bogdan & Biklen, 1994, p.134).

Assim, o investigador constitui o instrumento preferencial para a recolha de dados através de possibilidade que tem de estar em contacto direto com as pessoas, uma vez que, este tem como objetivo refletir nos resultados como um procedimento em que utiliza a riqueza de toda a informação que recebe pelo entrevistado, pois mais do que testar hipóteses, é fulcral que se desenvolva um quadro interpretativo da realidade e dos respetivos significados que os participantes dão às suas vivências (Amado, 2014; Faria &

Vieira, 2016; Marques, Faria, Silva, Vieira & Lopes, 2016; Morin, 2002; Silva, 2009; Vieira, 2003, 2014).

Assim, utilizou-se uma abordagem essencialmente qualitativa, que privilegiou a utilização de uma técnica de recolha de dados, a entrevista semiestruturada, que possibilita a expressão voluntária e livre dos sujeitos sobre as suas perceções acerca do processo de autonomização.

Posto isto, a abordagem qualitativa é sem dúvida a mais apropriada para este estudo, pois tal como se confirma nas palavras de Ramos (2005), esta aprimora a cooperação e associação entre o investigador e os participantes da investigação, uma vez que pode incorporar a perspetiva destes mediante a realidade que está a ser estudada e porque também é recetivo ao estudo dos processos que nos levam a determinados resultados.

#### **4.3. Técnica de recolha de dados**

De acordo com Gil (1999), como citado em Júnior. A e Júnior. N (2011), a entrevista é a técnica mais adaptável a todas as técnicas de recolha de dados que dispõem as ciências sociais, caracterizada como uma forma racional de conduta do investigador, precedentemente preparada para conduzir com eficiência um conteúdo sistemático de saberes, da maneira mais íntegra possível, e com menos esforço.

Neste seguimento, diversas são as vantagens desta técnica de recolha de dados (Júnior & Júnior, 2011), nomeadamente, a flexibilidade na aplicação, a facilidade de adaptação de protocolo, a viabilidade na comprovação de respostas, a quantidade elevada de respostas e o facto de esta poder ser aplicada a pessoas que não estejam tão capacitadas a ler.

Segundo May (2004), existem alguns tipos de entrevistas, as estruturadas, as semiestruturadas, as não estruturadas e em grupo ou focais, sendo que a entrevista estruturada se centra no emprego de um questionário como instrumento de recolha de dados/informações.

Nas palavras de Gil (1999), na entrevista semiestruturada o entrevistado responde a questões dentro de sua conceção e com liberdade, mas sendo orientado para que não perca o foco das questões centrais (p.120). A entrevista não estruturada é definida por Richardson (1999), como sendo completamente aberta, flexível e possibilitadora de

respostas dentro da estrutura de referências do entrevistado ou como afirma May (2004), “possibilita ao entrevistado responder a perguntas dentro da sua própria estrutura de referências” (p.149).

Neste estudo, optámos pela realização de entrevistas semiestruturadas, tendo por base um guião que ajudou a orientar as questões colocadas (anexo A). As entrevistas foram dirigidas a jovens que se encontram em contexto de acolhimento residencial na cidade da Praia da Vitória da Ilha Terceira.

As entrevistas foram realizadas no gabinete da Diretora Técnica da casa de acolhimento, de acesso restrito ao investigador e participantes, de modo a salvaguardar a sua confidencialidade e garantir que as entrevistas fossem feitas num espaço neutro, confortável e sem a presença de outros intervenientes.

As entrevistas foram gravadas em registo áudio e o tempo de duração foi variado (entre 1h e 2h), apesar da condução das mesmas ter sido flexível, pois houve participantes que falaram mais e pormenorizaram os acontecimentos, e outros que, devido ao cariz individual, emocional e complexo do conteúdo, se resguardaram mais.

#### **4.4. População Alvo**

Neste sentido, tendo em conta as limitações que a presente investigação apresenta, o universo de estudo são 10 jovens do sexo feminino e masculino, com idades compreendidas entre os 15 a 18 anos.

A população alvo foi selecionada tendo por base um procedimento de amostragem não probabilístico, uma vez que a escolha dos entrevistados, os jovens acolhidos, foi efetuada de forma intencional.

Segundo Mattar (1996), a amostragem não probabilística é aquela em que durante a seleção dos elementos que irão integrar a amostra, se tem especial atenção ao desejo, finalidade e julgamento do entrevistador no campo.

A escolha do nosso público-alvo foi realizada através de alguns critérios de elegibilidade, nomeadamente, estarem acolhidos numa unidade de acolhimento residencial; a faixa etária ser do 15 aos 18 anos de idade, isto é, idades onde já estão em processo de autonomização.

Em todo este procedimento, procurou-se garantir o direito à privacidade e ao anonimato de cada participante, pelo que ao longo da presente investigação, todos serão identificados como, E1- Rita Pereira, E2- Mariana Duarte, E3- Sara Barradas, E4- Joana Pires, E5- Margarida Felicidade, E6- Rodrigo Nogueira, E7- Lourenço Matos, E8- Pedro Teixeira, E9- João Maria, E10- Emanuel Oliveira.

O Consentimento Informado consiste num documento (Anexo C) que explica aos participantes o seu envolvimento no estudo, a solicitação do seu consentimento voluntário, e a explicação da salvaguarda da sua confidencialidade e privacidade. Também foi realizado um consentimento informado para os coordenadores das Casas de Acolhimento (Anexo B).

Posto isto, segue-se a síntese das características da população de estudo.

**Quadro 1:** Grelha de caracterização dos entrevistados

Nº da Entrevista e nome fictício	Data da entrevista	Idade	Nível de escolaridade	Principal Motivo de Acolhimento	Tempo de Acolhimento	Agregado familiar anterior ao acolhimento	Contactos com a família	Regularidade dos contactos
1.Lourenço Matos	11/04/2022	15	9º ano (Curso Pré-Profissionalizante)	Negligência Familiar	2 anos	Mãe e Pai	Sim	Alguns fins-de-semana
2.Rodrigo Nogueira	11/04/2022	16	9º ano (Curso Profissional)	Violência Doméstica	6 meses	Mãe e Padrasto	Sim	Alguns fins-de-semana
3.Rita Pereira	13/04/2022	15	8º ano (Ensino Regular)	Falecimento da Mãe	2 anos	Mãe e Namorado da Mãe	Não	-----
4.Mariana Duarte	14/04/2022	16	7º ano (Ensino Regular)	Negligência Familiar	1 ano	Mãe	Sim	Todos os fins-de-semana
5.Sara Barradas	19/04/2022	16	7º ano (Curso Pré-Profissionalizante)	Violência Doméstica e Consumos	9 anos	Mãe, Pai e Irmã mais velha	Não	-----
6.Joana Pires	20/04/2022	16	8º ano (Ensino Regular)	Falecimento da Mãe	2 anos	Mãe e Namorado da Mãe	Não	-----
7.Margarida Felicidade	21/04/2022	15	7º ano (Curso Pré-Profissionalizante)	Negligência Familiar	10 meses	Mãe	Sim	Todos os fins-de-semana
8.Pedro Teixeira	26/04/2022	18	12º ano (curso Profissional)	Abandono	6 anos	Mãe e Pai	Não	-----
9.João Maria	28/04/2022	18	12º ano (Curso Profissional)	Parceiros da Mãe e Consumos	10 anos	Mãe	Não	-----

10.Emanuel Oliveira	29/04/2022	17	11º ano (Curso Profissional)	Violência Doméstica e Consumos	8 anos	Mãe e Pai	Não	-----
---------------------	------------	----	------------------------------	--------------------------------	--------	-----------	-----	-------

Ainda no que diz respeito à caracterização dos entrevistados, percebe-se que todos os jovens frequentam o sistema de ensino; não têm uma data de previsão de saída das Casas, sendo que dois jovens partilharam que têm ideia de estar perto da data de saída devido à sua idade e por acharem que em breve reúnem as condições necessárias para fazer esta transição, mesmo não havendo datas estipuladas. As idades dos entrevistados são muito próximas, sendo que quatro jovens têm 16 anos, um tem 17, dois com 18 anos e três jovens com 15 anos. Percebe-se que vários são os motivos que levaram estes jovens ao acolhimento, designadamente negligência familiar; violência doméstica e consumos, falecimento de progenitora; abandono e maus tratos por parte dos parceiros da mãe e alcoolismo da progenitora.

No que concerne ao tempo de permanência dos entrevistados, percebe-se que apenas um dos jovens está há menos de um ano na casa de acolhimento, os outros entrevistados estão há mais de um ano sendo que o tempo mais longo de acolhimento é de dez anos. A maioria dos jovens não tem nenhum contacto com a sua família de origem, mas quatro jovens têm esse contacto e passam os fins-de-semana com os seus familiares.

#### **4.5 – Procedimentos de análise de dados**

Com o objetivo de recolher os dados para a investigação foi realizado um primeiro contacto com o coordenador das casas de acolhimento, seguido de um pedido de colaboração (Anexo B), enviado via email. Posteriormente, foi elaborada uma declaração de consentimento informado (Anexo C), para os entrevistados de forma a garantir a sua participação voluntária e informada e a confidencialidade e anonimato dos dados. Por fim, procedeu-se ao agendamento das entrevistas semiestruturadas, que ocorreram no mês de abril de 2022.

Em virtude da localização geográfica dos entrevistados, as 10 entrevistas foram realizadas presencialmente, num gabinete disponibilizado pelas Casas, num ambiente calmo e silencioso. A duração média das entrevistas foi de 40 minutos, tendo-se procedido à gravação áudio das mesmas para análise e transcrição futura. Os entrevistados

mantiveram-se disponíveis e motivados durante todo o processo, permitindo a realização da entrevista sem grandes dificuldades ou contratempos.

Importa, ainda, referir que foi a investigadora principal a responsável por todos os procedimentos, desde as entrevistas, a transcrição integral das mesmas à análise de dados. Ainda assim, após a transcrição integral das entrevistas, procedeu-se a uma leitura flutuante das mesmas, com o objetivo de identificar as grandes categorias e subcategorias das entrevistas.

De seguida, foi realizada uma microanálise, frase por frase, de modo a sinalizar a informação relevante. Além disso, estes dados foram rotulados e as categorias e subcategorias criadas e comparados entre si, garantindo a sua exclusividade e evitando repetições, bem como os excertos dos entrevistados.



## Capítulo V - Apresentação, Análise e Discussão de Resultados

Da análise de conteúdo das entrevistas, e tendo em conta os objetivos definidos, emergiram cinco importantes dimensões: (1) Perceção sobre autonomia; (2) Caracterização dos agentes institucionais; (3) Estratégias de autonomização; (4) Competências de orientação e decisão e (5) Limitações e constrangimentos ao processo de autonomização. Destas dimensões surgiram várias categorias que serão discutidas de forma detalhada e ilustradas com recurso a excertos das entrevistas de modo a facultar uma melhor compreensão dos dados.

### 5.1. Perceções de Autonomia

*«A vivência de cada pessoa é única e autónoma. Ser autónomo é ter uma vida interior e vida interior é a solidão da infância mais remota.»*

Santos, J. (1980: 313)

No capítulo II da presente dissertação, foi realizada uma breve reflexão sobre o processo de autonomia e a adolescência, onde foram identificadas concepções de diversos autores sobre a autonomia, que são convergentes e complementares.

No estudo coordenado pela APDES (Pimentel, Lopes, Gaspar, Antão, Conde, Gaspar & Mira dos Santos, 2019) afirma-se que se podem distinguir diversos tipos de autonomia: a emocional, a relativa aos valores ou atitudinal e a comportamental ou funcional. “A autonomia emocional incorpora os sentimentos pessoais do indivíduo e a sua relação com pessoas próximas, no que concerne à gestão da individualidade na relação com os outros e, igualmente, a capacidade de procurar soluções próprias. A dimensão dos valores/atitudinal refere-se à capacidade de tomada de decisões, assim como ao pensamento independente dos pares, incluindo nomeadamente aspetos como a individualidade, convicções políticas e opções morais. A dimensão comportamental diz respeito à capacidade de tomar decisões e lhes dar continuidade por meio de ações concretas. Trata-se, portanto, de uma vertente mais operacional da autonomia, integrando a gestão do quotidiano.” (Pimentel, Lopes, Gaspar, Antão, Conde, Gaspar & Mira dos Santos, 2019, p.5)

Através da análise de conteúdo das entrevistas, percebemos que os jovens atribuem diferentes significados à ideia de autonomia. Uns valorizam, essencialmente, a realização independente de tarefas, outros destacam a autonomia financeira e outros, ainda, a capacidade de decisão e escolha. Na sua maioria, encontramos uma conjugação de todos estes elementos no discurso dos jovens, ainda que se possam evidenciar alguns deles.

Joana Pires, Sara Barradas e Rita Pereira, parecem associar a conceção de autonomia à independência, pois ao longo da entrevista partilham a sua conceção sobre o que é a autonomia, referindo que uma pessoa é verdadeiramente autónoma quando sabe governar a sua vida sozinha sem depender de outros lhes orientar, porque sozinhas chegam a onde pretendem. *“Uma pessoa que sabe governar-se sozinha, não precisa que lhe estejam sempre a dizer as coisas. É uma pessoa que consegue resolver e governar a sua vida quer sozinha quer com a presença de outras pessoas”*. (Joana Pires)

*“É conseguir fazer as coisas sozinha, sem que tenham de me mandar e explicar sempre tudo. Comigo não acontece, eu preciso sempre que me expliquem as coisas várias vezes, as senhoras até ficam sem paciência e dizem que nunca percebo nada à primeira (gargalhadas)”*. (Sara Barradas)

Com esta associação de autonomia à independência, as entrevistadas vão ao encontro do que afirmam Spear e Kulbok (2004) como citado em Pires (2011), que referem que a autonomia é a capacidade de ser independente ou autogovernar-se.

Contudo, a autonomia e a independência não podem ser confundidas nem identificadas como sinónimos, isto porque a independência está associada à capacidade que os jovens têm de agir por si mesmos, o que é importante e necessário para que estes se tornem autónomos, mas a autonomia é mais do que possuir comportamentos independentes, ou seja, é ter pensamentos, sentimentos e tomadas de decisão que abrangem o próprio sujeito, outros elementos da família, os pares ou pessoas que não fazem parte do círculo familiar, é um processo complexo que envolve mudanças e transformações nas relações familiares.

Segundo Fleming (2005), Steinberg e Silverberg (1986), a autonomia é a capacidade de pensar, sentir, tomar decisões e agir por si próprio sem depender de outro.

Margarida Felicidade, João Maria, Rita Pereira e Pedro Teixeira relacionaram a autonomia às responsabilidades que as pessoas têm, isto é, na visão destes entrevistados uma pessoa só é autónoma quando consegue suportar os encargos financeiros de uma casa, ter um emprego e ter a capacidade de gerir a sua vida sem suporte. *“É uma pessoa que faz as suas coisas sozinha, que tem a sua casa, o seu trabalho, as suas coisas, ou que no meu caso (casa de acolhimento), saber fazer as coisas direitinhas e bem-feitas e sem as senhoras estarem sempre a dizer e a ver, eu própria ter autonomia para fazer sozinha sem me dizerem”* (Rita Pereira); *“Ser confiante, organizado e aprender a viver comigo mesmo e apenas isso. Quando conseguir isso conseguirei tudo”* (João Maria).

Neste caso há uma mistura entre a realização de atividades de forma independente, a capacidade de decisão e a possibilidade de gerir a vida do ponto de vista financeiro.

Mariana Duarte, Emanuel Oliveira, Pedro Teixeira e Lourenço Matos ao falarem de autonomia fazem uma relação com a ausência de pessoas nas suas vidas, ou seja, para eles uma pessoa autónoma é aquela que possui a capacidade de viver sozinha sem necessitar de alguém. *“Uma pessoa que se sabe desenrascar sozinha e não precisa de ninguém. Acho que é isso (risos) pelo menos as senhoras estão sempre a dizer que tenho de saber fazer as coisas sozinha porque lá fora se for viver sozinha tenho que saber fazer as coisas”* (Mariana Duarte); *“É uma pessoa que sabe fazer coisas sozinhas sem precisar de ajuda de ninguém”* (Lourenço Matos).

Os entrevistados parecem evidenciar processos de vinculação pouco segura, isto é, na perspetiva dos mesmos, ser autónomo é viver sem a presença de alguém nas suas vidas e não precisar de suporte, passando também por aprender a viver contando somente com eles mesmos. Esta visão de autonomia parece dificultar o processo de autonomização destes entrevistados, pois de acordo com os estudos de (Kobak e Sceery, 1988, como citado em Atger, 2002 e por Gonçalves, 2020), há uma relação próxima entre a qualidade de vinculação dos adolescentes e a avaliação das suas relações interpessoais, isto é, os adolescentes seguros têm uma relação saudável com os seus pares, ao contrário dos adolescentes inseguros que têm relações mais distantes e com experiências por vezes traumáticas, levando a que se distanciam dos outros e evitam estabelecer relações.

Rodrigo Nogueira afirma que não sabe o que é ser autónomo, partilhando que foi um assunto que nunca lhe foi abordado. *“Sei lá, não faço a mínima ideia”*.

Após uma análise cuidadosa das entrevistas é possível perceber, que os entrevistados têm percepções diferentes sobre o que é a autonomia e a importância que ela tem nas suas vidas, evidenciando uma possível necessidade de abordar este tema com mais frequência.

Tendo em consideração o estudo de Lourenço (2014), como citado em Oliveira (2019), ter um desenvolvimento de autonomização bem-sucedido é um procedimento difícil, normalmente constituído por muitas contradições e ambivalências, que por sua vez estão associadas a diversificadas variáveis, podendo estas ser internas como por exemplo a autoestima, as relações com figuras de autoridade, o desejo e necessidade de independência, vontade de fazer escolhas e tomadas de decisão, ou variáveis externas que estão intimamente relacionadas com as anteriores, nomeadamente, a estrutura familiar, a comunicação familiar, presença ou ausência de uma figura de autoridade, ambiente psicossocial e emocional no contexto familiar ou de acolhimento.

Neste sentido, é possível perceber que os entrevistados têm diversas percepções do conceito de autonomia e do seu impacto, uma vez que relacionam a autonomia, na sua génese, com processos distintos, ainda que interligados como 'independência', 'responsabilidade', bem como a 'ausência de vinculação'. Também, percebe-se que as Casas têm necessidade profissionais formados para trabalhar as competências pessoais e sociais da população acolhida, especialmente ao nível da autonomia e de fontes de financiamento e apoios estatais aos jovens na implementação da medida para a autonomia de vida.

Em termos comparativos de género (Casas de Acolhimento), as diferenças de género, a este nível, não são significativas. As percepções manifestadas pelos jovens de ambos os sexos são similares.

## **5.2. Caracterização dos Agentes Institucionais**

*“não pertencer a ninguém é tornar-se ninguém”*

Cyrulnik, 2000

As casas de acolhimento providenciam recursos humanos organizados em equipas que deverão estar em constante articulação, nomeadamente: a equipa técnica que

deve integrar profissionais das áreas do Serviço Social e da Psicologia (alínea a, artigo 54º nº1 da LPCJP), uma equipa educativa constituída preferencialmente por profissionais formados para desempenhar funções de acompanhamento socioeducativo das crianças e jovens acolhidas e inerentes à profissão de auxiliar de ação educativa e uma equipa de apoio, que integre obrigatoriamente colaboradores de serviços gerais. Assim, são estes recursos humanos que devem garantir às crianças e/ou jovens o acesso às competências que serão fundamentais para a sua autonomização e o devido acompanhamento em todos os momentos deste processo durante a permanência na casa de acolhimento.

Portugal tem assistido à profissionalização do sistema de acolhimento e à emergência de iniciativas como o Plano DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças. Este foi pioneiro na implementação de medidas de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude e de Centros de Acolhimento, que melhoraram a promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidos, nomeadamente através do incentivo à contratação de mais profissionais técnicos e à formação das equipas. Em 2012, o governo criou o Plano SERE + (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS), com objetivos semelhantes ao Plano anterior, mas apostando mais na especialização das estruturas residenciais, de modo a proporcionar uma melhoria contínua da intervenção, lutando para a sua desinstitucionalização no menor tempo útil.

As duas Casas de Acolhimento, onde residem os jovens que constituíram a população-alvo deste estudo, são respostas sociais da mesma instituição, havendo apenas uma equipa técnica afeta às duas estruturas. Esta equipa é constituída por três técnicos superiores: uma Assistente Social, que se encontra temporariamente afastada do trabalho, uma Psicóloga, coordenadora das Casas de Acolhimento, que também está afastada do trabalho por tempo indeterminado, e uma Técnica de Educação.

A Casa de Acolhimento das jovens do sexo feminino têm afeta uma técnica superior responsável por todas as jovens da casa. No que diz respeito às cuidadoras, a casa conta com sete pessoas que trabalham por turnos e que acompanham as jovens no seu dia-a-dia. Na Casa dos jovens do sexo masculino está afeta uma Assistente Social que por se encontrar ausente por tempo indeterminado, as suas funções foram atribuídas à Administrativa da Casa, que por sua vez, acaba por ser a gestora de caso dos jovens. Também, estão afetadas sete cuidadoras que acompanham os jovens no seu dia-a-dia e que trabalham por turnos. É importante referir que as cuidadoras de ambas as Casas não têm

muitos estudos, isto é, cinco possuem o nono ano de escolaridade e nove com o décimo segundo ano.

Como afirmámos na revisão da literatura, as relações que os entrevistados estabelecem com os agentes institucionais é fulcral para o seu desenvolvimento integral e para o sucesso da sua autonomização e, neste sentido, procurámos perceber as perceções dos jovens sobre as mesmas.

As categorias dominantes no discurso dos jovens prendem-se com a relação de confiança que estabelecem com alguns agentes; com o respeito e compreensão que sentem da parte dos mesmos; com as manifestações de afeto que recebem e com a postura destes. A literatura publicada nesta área do saber e da intervenção social revela a importância dos cuidadores ou adultos de referência no processo de acolhimento, acompanhamento e saída dos jovens acolhidos (Gaspar, 2014; Cinzas, 2019). Está prevista a existência de um gestor de caso (artigo 82.º-A da LPCJP), que deverá conhecer o processo e os vários sujeitos envolvidos, bem como estabelecer uma relação de proximidade com os jovens. Contudo, no quotidiano, os adultos de referência podem ser diversos, eleitos pelos jovens independentemente de questões formais, e assumir papéis diferenciados, com mais ou menos impacto nas suas vidas.

Por ser uma das designações mais comuns nos estudos recentes sobre a realidade do acolhimento residencial, adotaremos a expressão cuidadores para indicar as pessoas que trabalham nesses contextos e com as quais os jovens mais interagem no seu quotidiano (Pires, 2011; Santos, 2016; Rodrigues, 2016). Estes cuidadores, no caso concreto das Casas de Acolhimento que estiveram na base deste estudo, são do sexo feminino e não são profissionais com formação técnica. Apesar de, como já referimos, haver duas profissionais com formação académica na área da Intervenção Social, à data do estudo, não exerciam a sua atividade por motivos de saúde, sendo uma situação prolongada no tempo. Esta realidade é evidente no discurso dos jovens que raramente se reportam a essas profissionais quando refletem sobre a sua relação com os agentes institucionais.

### 5.2.1. Confiança

No que concerne à relação de confiança dos entrevistados para com os agentes institucionais, nove entrevistados (Rita Pereira, Mariana Duarte, Sara Barradas, Joana Pires, Margarida Felicidade, Lourenço Matos, Pedro Teixeira, João Maria e Emanuel Oliveira) responderam de forma similar, isto é, partilharam que confiam essencialmente em duas agentes institucionais da Casa. Apesar de serem escolhas diversificadas, parece que todos confiam pelo menos em duas pessoas, mesmo sendo a equipa constituída por seis pessoas. *“Eu confio mais na senhora Filipa e na senhora Maria, porque já passei por muitos momentos tristes e elas é que me compreendiam e sei que podia chamar por elas a qualquer momento que elas me iriam ouvir. São pessoas espetaculares e sinto que elas gostam realmente de mim e não por obrigação”* (Pedro Teixeira).

No entanto, Rodrigo Nogueira afirmou que não confiava em ninguém na casa e que as agentes davam motivos para isso através dos seus comportamentos, isto é, através de comentários sobre o jovem e a sua vida, confidências que o jovem partilhava somente com elas. *“Nenhum, não confio em ninguém. Não tenho nada contra as senhoras, mas não me inspiram confiança e elas também nem querem saber (riso)”* (Rodrigo Nogueira).

Emanuel Oliveira apesar de ter partilhado confiar em duas agentes, também referiu que deixou de confiar em algumas agentes institucionais porque elas, através dos seus comportamentos como por exemplo, falar nas suas costas, confrontá-lo à frente dos colegas com as suas partilhas e ideias e o facto de estas (cuidadoras) partilharem entre si o seu parecer sobre o jovem e este ouvir, foram dando motivos para que perdesse a confiança que tinha. *“A senhora Bárbara, eu dou-me melhor com umas e pior com outras que batem de frente comigo, mas a senhora Bárbara é a pessoa que mais confio na casa, conto tudo a ela e sei que não vai contar a ninguém como já aconteceu com outras senhoras aqui”* (Emanuel Oliveira). Comportamentos estes que se prendem com comentários sobre os jovens num gabinete de porta aberta e estes ouvirem; partilharem as confidências que os jovens lhes confiam e justificar determinados comportamentos dos jovens com a família de origem.

Neste sentido, os cuidadores ao investirem no desenvolvimento de relações próximas com os jovens, em que a confiança e a empatia são uma primazia, facilmente conseguirão compreender as trajetórias de vida dos jovens e consequentemente dar resposta às suas necessidades.

Assim, de acordo com Cinzas (2019), os cuidadores da casa de acolhimento têm o papel de desenvolver uma relação de autenticidade e honestidade na sua intervenção e relação com os jovens, facultando um ambiente facilitador e propício ao desenvolvimento de relações saudáveis e de confiança, e para isso é fundamental que estejam em sintonia com os jovens.

A promoção da confiança nas relações interpessoais dos jovens é essencial, pois através desta os jovens conseguirão comunicar abertamente de forma plena. No entanto, os cuidadores facilmente podem cair na tentação de abusar da autoridade, uma vez que trata-se de jovens dependentes dos mesmos. Esta postura pode dificultar a conquista da confiança por parte dos agentes institucionais ou então quando a conquistem podem perdê-la facilmente se a sua postura for muito autoritária.

Compreende-se que a relação de confiança entre os agentes institucionais e os entrevistados é ponderada e balizada, por vários acontecimentos e comportamentos.

### **5.2.2. Respeito e Compreensão**

Segundo o Manual de Boas Práticas do Instituto da Segurança Social (2010) é essencial que os residentes tenham a possibilidade de fazer escolhas e tomadas de decisão, de modo a fomentar o seu bem-estar emocional, autonomia e autodeterminação e que tenham a liberdade de exteriorizar as suas opiniões sobre as dinâmicas da casa de acolhimento.

Contudo, estes jovens além de terem dificuldade em confiar nos cuidadores, evidenciam um sentimento de injustiça por estarem a viver uma realidade que não era a desejada nem esperada, o que leva a que sintam revolta, raiva, frustração e necessidade constante de serem compreendidos e respeitados, independentemente do motivo que levou ao seu acolhimento. É fundamental, segundo Cinzas (2019), que perante todas as situações de crise a que os jovens se encontrem expostos, os cuidadores conquistem o respeito e comunicação dos jovens, não numa postura demasiado formal e imposta, mas pela livre partilha e igualdade em relação a eles, bem como a disponibilização de um ambiente seguro, onde possam refletir em conjunto sobre as inquietações e necessidades dos jovens.

Em concordância como o estudo de Cinzas (2019), três entrevistados (Margarida Felicidade, Rodrigo Nogueira e Lourenço Matos) referiram que gostavam que as agentes



institucionais respeitassem mais as suas escolhas, ideias, gostos, vontades e que respeitassem mais o facto de eles estarem naquela situação, que por sua vez, não é nada fácil para eles. *“Gostava que me ouvissem e respeitassem as minhas opiniões e escolhas sem estarem sempre a comentar. Elas juntam-se e falam sobre nós e pensam que nós não ouvimos... mas ouvimos e ficamos sem confiar nelas”* (Rodrigo Nogueira).

Também partilharam que gostavam de ser mais ouvidos de forma atenta e respeitosa, onde tenham espaço para partilhar o que estão a sentir sem a constante intervenção das cuidadoras quando tentam expressar-se. Esta necessidade leva a que os entrevistados adotem comportamentos que sabem não ser os melhores, como, por exemplo, em situações em que têm necessidade de falar e expressarem o que estão a sentir não o fazem e depois explodem com muita facilidade, respondem de forma agressiva e não têm vontade de falar com as cuidadoras nem querem estar na sua presença.

Quando foi perguntado a uma das entrevistadas sobre a perceção que tem sobre a sua voz ativa na Casa, esta responde da seguinte forma: *“A senhora acha? (riso) Não. Eu nem consigo falar com elas sobre o que gosto e quero. Eu faço o que elas querem e acham que é correto mesmo que não concorde. Por exemplo, houve um dia que cheguei a casa da escola, elas tinham mexido no meu roupeiro todo sem a minha autorização. Fiquei brava porque não gosto que mexam nas minhas coisas. Mas depois eu expludo e elas perguntam porquê, porque será? Tiraram as minhas cuecas, meias e soutiens e meteram tudo a lavar e a desculpa delas foi porque estava tudo a cheirar mal e eu disse que quando chegasse a casa elas pediam a autorização. Eu chegar a casa e ver tudo sem nada e o meu guarda-fato aberto e vazio e a cama desarrumada e não sei mais o quê...sim, porque a cama só estava desarrumada porque não tinha a almofada debaixo do cobertor como elas querem”* (Margarida Felicidade).

Ao depararem-se com diversificadas vivências e histórias de muitas crianças e jovens, até mesmo com as problemáticas que os acompanham, é primordial que os diferentes profissionais tenham a capacidade de ajudar estas crianças e jovens a resolver os seus problemas diariamente, tendo como base uma relação de respeito e compreensão, sem julgamentos, numa postura que encoraje a expressão de sentimentos, fomentando sentimentos de valorização e reduzindo a ameaça.

Neste sentido, é perceptível que os jovens necessitam de ser aceites, respeitados e compreendidos no que diz respeito às suas diferenças, à sua “mochila cultural” em vez de serem tolerados, pois os entrevistados transmitem que os cuidadores não respeitam as suas ideias, pensamentos e vontades e que, por sua vez, já evitam fazer partilhas.

### **5.2.3. Manifestações de Afeto**

*“As relações afetivas contínuas são as bases primárias mais importantes para o desenvolvimento das capacidades essenciais da criança, intelectuais, sociais e morais”.*

Brazelton et Greenspan (2002: 32)

De acordo com Gomes (2010), os cuidadores devem ser criadores de relações providas de afeto, que possibilitem aos jovens desenvolverem relações de empatia com determinados adultos, que de forma espontânea e progressiva se apresentam como o seu modelo de referência, portanto, é importante que estes tenham “disponibilidade para dar afeto, carinho, que os confrontem, entendem e tentam alterar alguns comportamentos ou ações desadequadas que vão surgindo no dia-a-dia” (Barbas, 2014).

Com efeito, estes resultados foram verificados em três testemunhos (Joana Pires, Pedro Teixeira e João Maria) que afirmam receber afeto das cuidadoras e que elas são carinhosas e mimosas, mas também têm consciência de que pedem muito e sabem que, por vezes, elas estão a trabalhar e não têm disponibilidade para isso. *“É bom (acena com a cabeça que sim), elas são muito boas para mim, são mimosas, preocupadas, eu gosto muito delas. Também eu ando muito atrás delas e sei que elas me acham chata e “cola”, mas se for para receber abraços e beijinhos, eu não me importo (risos)”* (Joana Pires).

*“(…) As funcionárias preocupam-se comigo e perguntam-me se estou bem e o que se passa quando estou mais triste e são presentes. É como se fossemos uma família, há momentos bons e outros menos bons. Eu tenho noção que elas não são assim com todos, porque os meus colegas de casa portam-se muito mal com elas, também são mais novos”* (Pedro Teixeira).

No entanto, quatro entrevistados (Rita Pereira, Sara Barradas, Margarida Felicidade e Emanuel Oliveira) revelam que as cuidadoras nem sempre estão disponíveis para responder às suas necessidades de afeto. Apesar de reconhecerem que podem contar com o seu apoio, a dimensão afetiva parece ficar aquém das suas necessidades. *“Tem dias*

*(risos). As funcionárias são porreiras, não me tratam mal, mas são chatas e teimosas (risos). Eu sei que posso contar com elas, mas se não fizer o que elas querem está o caldo derramado, ficam amuadas. Mas são porreiras, não são é de dar muito carinho, mas acho que é para um dia quando sairmos da casa não sofreremos mais. Penso eu, elas nunca disseram isso, mas é o que eu penso” (Emanuel Oliveira).*

*“Eu consigo desabafar com elas, pedir ajuda, são mimosas comigo (sorrisos). Às vezes procuro muito o abraço e beijinho delas e sei que elas estão a trabalhar, mas faz falta” (Sara Barradas).*

Além disso, parece haver alguma frustração em relação à postura das cuidadoras, pois, uma das jovens refere que as agentes precisam de ser mais presentes, mais disponíveis e afetuosas. *“É pá, que elas fossem mais carinhosas, mais calmas, mais pacientes. Que elas olhassem para nós não como bonecos, nem robôs, coisas que não têm sentimentos, mas sim pessoas e que não somos perfeitos. E que nas vezes em que não fazemos coisas bem não dissessem que somos uma merda e não sabemos fazer nada. Mas só algumas senhoras, as outras, às vezes, só mexem no telemóvel e não querem nada” (Margarida Felicidade).*

Adicionalmente, dois entrevistados (Mariana Duarte e Lourenço Matos) não se pronunciaram em relação à dimensão afetiva. O entrevistado Rodrigo Nogueira partilha que tem um bom relacionamento com as agentes institucionais, mas através da sua resposta percebe-se que não tem uma relação de confiança nem de afeto *“É normal, elas tratam-me bem, mas eu sei que elas falam de mim por trás, porque eu já apanhei”*.

Estes jovens, inseridos num contexto de acolhimento, tendem a ir em busca de um adulto que seja o seu confidente, isto é, alguém para desabafarem, partilharem o seu sofrimento, as suas confidências e que, acima de tudo, tenha disponibilidade para os ouvir e dar carinho, pois esta será a pessoa de referência, com uma função reparadora, e que pode fazer um trabalho de desenvolvimento com o jovem de modo a construir uma relação de confiança mútua. Neste sentido, é substancial fomentar o desenvolvimento de vínculos afetivos com figuras de referência, neste caso as agentes institucionais da Casa de Acolhimento, sendo que podem ser figuras de abrigo para a raiva e revolta sentidas pelos jovens, possibilitando uma relação de confiança saudável e segura e que posteriormente facilitará o processo de autonomização (Matos, 2003, como citado em

Mota & Matos, 2008).

Através das entrevistas, percebe-se que nem todos os jovens têm uma figura de referência na Casa de Acolhimento, alguns predicam que existe algumas agentes em quem confiam mais e que procuram quando necessitam de desabafar ou de afeto, no entanto, outros jovens não identificam essa figura de referência. Esta realidade pode ser potenciada pelo facto das cuidadoras estarem afetas às duas Casas de Acolhimento onde trabalham por turnos (manhã, tarde e noite), o que pode dificultar a criação de uma relação segura e calorosa.

Os jovens acolhidos na estrutura das jovens do sexo feminino têm uma técnica superior como gestora de caso, ao contrário da estrutura dos jovens do sexo masculino, que como foi dito anterior, encontra-se a desempenhar estas funções a administrativa da casa. Estas são as pessoas que, à priori, deveriam ficar responsáveis por assegurar as necessidades dos jovens ou ser a figura de referência dos mesmos. No entanto, através das entrevistas, percebe-se que as principais figuras de referência não são as gestoras de caso, mas sim, algumas das profissionais não técnicas. Apesar das escolhas serem muito diversificadas, são elas que passam mais tempo com os jovens, no acompanhamento das tarefas, nas idas à escola, na ida ao psicólogo, hospital, nos passeios e nas refeições diárias.

Os entrevistados parecem ir em busca de motivos para justificar a ausência de afeto por parte das agentes institucionais, fazendo uma associação entre o afeto e a garantia do seu bem-estar e necessidades.

Rodrigo Nogueira, Lourenço Matos e Mariana Duarte partilham que as agentes institucionais da Casa são afetuosas por alguns motivos como: a ausência de conflitos entre as agentes e eles próprios; a relação de respeito que existe entre eles e o facto de serem bem tratados. *"É bom (risos) nunca tive problemas com nenhum. Por acaso não há nenhuma pessoa que goste menos. Há sim pessoas que me dou melhor que outras"* (Mariana Duarte).

Rita Pereira, Sara Barradas e Emanuel Oliveira partilham que o facto de não receberem afeto pelas agentes está associado a vários motivos, nomeadamente a falta de disponibilidade pelo excesso de trabalho; ausência de tempo para dedicar aos jovens e para evitar maior sofrimento para os jovens na hora da saída definitiva da Casa de

Acolhimento. *“É bom, de vez enquando. Às vezes tenho conflitos, mas é só com a senhora Mena. Mas, no geral, gosto de todas as funcionárias da casa. Eu consigo desabafar com elas, pedir ajuda, são mimosas comigo (sorrisos). Às vezes procuro muito o abraço e beijinho delas e sei que elas estão a trabalhar, mas faz falta. (risos)”*(Sara Barradas).

*“Às vezes tem uns altos e baixos, às vezes tem umas senhoras que não me dou tanto bem como outras. Elas, às vezes, não percebem que é difícil viver aqui, num mundo, à parte e não nos dão o amor que eu e a minha irmã tínhamos em casa da nossa mãe, antes de ela morrer”* (Rita Pereira).

Em consonância com Arpini (2003), Gaspar (2014), Hill (2000), como citado em Martins, (2004); e Quintães (2009), o acolhimento residencial pode e deve ser provedor de vínculos afetivos, desde que, e consoante o que elenca Raymond (1998, 1999), existam profissionais com disponibilidade para desenvolver relações de proximidade, onde seja promovida a individualidade de cada jovem, tendo em conta as suas características e fomentando a relação entre pares.

#### **5.2.4. Postura dos Agentes institucionais**

A interação dos jovens acolhidos com outras figuras de referência é um marco no seu desenvolvimento, portanto, os cuidadores, sendo figuras significativas para os jovens, é importante que tenham a capacidade de dar respostas pessoais, afetivas e sociais de qualidade, ou seja, que vão ao encontro das necessidades dos jovens (Mota & Matos, 2010).

Assim, consegue-se a promoção e reorganização interna das crianças e jovens que, por sua vez, proporciona o desenvolvimento de modelos internos dinâmicos mais positivos de si e dos outros (Mota & Matos, 2010).

De acordo com os estudos de Colton, 2002; Levy & Reuven, 2017; Uliando & Mellor, 2012, como citados em Carvalho (2018), as estratégias educativas que os cuidadores utilizam na sua intervenção com os jovens, nem sempre respondem e respeitam os seus direitos, sendo fulcral que estes (cuidadores) estudem as estratégias disciplinares utilizadas em acolhimento residencial.

Em concordância com os estudos suprarreferidos, três entrevistados (Margarida Felicidade, Rodrigo Nogueira e Lourenço Matos) partilham que as agentes institucionais,

por vezes, têm uma postura desadequada com eles, destacando que elas ferem através das palavras, chegando mesmo a ser ofensivas “*Elas estão sempre a colocar-me para baixo com coisas que elas dizem. Por exemplo, ontem, a senhora Fátima disse que eu estava gorda e eu, hoje, já não comi nem o pequeno-almoço nem o almoço. E eu sou uma pessoa que levo tudo a peito e depois fico com as coisas na cabeça. Não sei porque ela disse isso*” (Margarida Felicidade). Também, às vezes não demonstram motivação para ensinar coisas novas “*Sim, alguns sim, outros mais ou menos, mas a maior parte sim. Há uns que não têm pachorra para explicar as coisas várias vezes, e desligam-se de nós um bocado*” (Lourenço Matos). Por sua vez, partilham, ainda, que as agentes parecem recorrer muito às ameaças para conseguir que os jovens façam aquilo que elas orientam ou até mesmo quando estes (jovens) verbalizam algo que não vá ao encontro dos seus valores e crenças.

Quando questionado sobre a perceção que este tem sobre a sua voz ativa na Casa, Rodrigo responde: “*Ter até tenho, eu digo o que penso às vezes, mas convém ficar calado mais vezes, senão estou sempre a ouvir certas ameaças*” (Rodrigo Nogueira).

Quando os jovens referem que são “ameaçados” percebe-se que estes se estão a referir ao confronto que as cuidadoras fazem com o comprometimento das suas diligências legais em relação aos seus direitos como por exemplo, ficar sem as visitas da família, sem os fins-de-semana a casa ou sem a semanada, sem o acesso à internet, entre outros.

Em síntese, a relação dos entrevistados com as cuidadoras da Casa de Acolhimento nem sempre é entendida como positiva. Isso deve-se a fatores como: falta de confiança, ausência de afeto e ausência de uma comunicação assertiva, o que por sua vez, se pode constituir como um obstáculo para o sucesso do processo de autonomização.

Percebe-se que ambas as Casas precisam de investir no aperfeiçoamento da intervenção de modo a melhorar a relação dos jovens e da Casa com as agentes institucionais, suas famílias e outras pessoas de referência; na preparação e acompanhamento dos jovens para a sua autonomia, garantindo efetivamente os seus laços afetivos e trabalhando o processo de aceitação dos jovens pelo seu trajeto de vida.

### **5.3. Estratégias de Autonomização utilizadas pelos Agentes Institucionais**

#### **5.3.1. Tarefas Diárias**

Com o intuito de promover a autonomia dos jovens, as agentes institucionais adotam como estratégias para transmitir competências básicas a realização de tarefas diárias.

Neste sentido, os entrevistados partilham que o seu processo de preparação para serem mais independentes passa pela realização de tarefas de lida diária, nomeadamente: a limpeza dos quartos de dormir, higienização das casas de banho, limpeza da sala de estar e cozinha, higienização das suas roupas pessoais e de cama e ajudam na preparação dos alimentos para as funcionárias confeccionarem e elas poderem assistir à confeção das refeições. Adicionalmente, verificou-se a vontade de alguns entrevistados (Rita Pereira e Joana Pires) de participarem na preparação das refeições, terem a possibilidade de serem eles a cozinhar e não só apenas descascar os alimentos. “(...) *o que quero dizer é que eu gostava que nos deixassem cozinhar, como é o caso de uma menina lá da casa, que já sabe e cozinha sozinha*” (Rita Pereira); “(...) *gostava de aprender a cozinhar sozinha porque eu não sei, nunca tive essa experiência. As senhoras da casa é que cozinham, nós apenas vemos e descascamos os alimentos*” (Joana Pires).

Através das entrevistas parece evidenciar-se a necessidade que as entrevistadas têm de aprender através da prática e da experiência direta.

Salienta-se que Pedro Teixeira já se encontra a confeccionar as suas refeições de forma autónoma, isto é, sem a presença das agentes, uma vez que, se encontra num período próximo da transição da casa de acolhimento para uma vida autónoma e independente. “*Olha, eu começo por fazer a minha cama de manhã, a maior parte das vezes (risos), ao pequeno-almoço lavo a minha tigela dos cereais, depois ajudo as funcionárias a arrumar a cozinha, a varrer o chão, lavar a louça, limpar a banca. Também cozinho sozinho, porque, como me aproximo da saída da casa as funcionárias estão a preparar-me para isso, porque, quando sair, elas não vão estar ao meu lado a ensinar*” (Pedro Teixeira).

Margarida Felicidade partilha que, na sua visão, as cuidadoras não dão liberdade de estas confeccionarem as suas refeições, mesmo com a supervisão dos adultos, porque têm medo que elas façam algo de errado. “(...) *o que toca a cozinhar, nós não cozinhamos,*

*apenas descascamos os alimentos para a comida. Eu acho que elas não nos deixam cozinhar porque têm medo que a gente faça algo errado” (Margarida Felicidade).*

Também Lourenço Matos realça que apenas sabe cozinhar um ovo estrelado e pouco mais porque teve a oportunidade de aprender com a sua mãe, uma vez que vai aos fins-de-semana a casa, porque na casa de acolhimento não têm essa oportunidade. *“Lavar louça, levantar a mesa, varrer o chão, limpar a sala de estar, varrer os pátios. A cozinhar também, nós descascamos batatas, cenouras, cebolas, alhos e assim. Mas não sei fazer comidas elaboradas, no máximo um ovo estrelado, algo de comidas mais rápidas e fáceis. E o que sei aprendi em casa com a minha mãe que me ensina, na casa não podemos fazer” (Lourenço Matos).*

Os resultados obtidos estão em concordância com Cruz e colaboradores (2016), que referem ser fundamental os jovens terem a possibilidade de realizar tarefas diárias com as quais se vão deparar após a transição do acolhimento, onde podem desenvolver competências pessoais, como a lida doméstica, aprender a cozinhar, higienizar a casa, fazer compras, efetuar pagamentos por multibanco ou no banco, entre outras, pois estas aprendizagens facultam aos jovens competências relevantes para uma vida independente e autónoma, sendo importante referir que estas tarefas devem ser sempre supervisionadas pelos cuidadores.

Neste sentido, a autonomização apresenta-se como essencial para a construção de um projeto de vida com muita incidência nas crianças e jovens acolhidos, pois de acordo com o relatório CASA (2020), faz parte das funções dos agentes institucionais, promoverem ferramentas fundamentais para o sucesso do processo de autonomização deste público, ou seja, faz parte das competências dos trabalhadores das casas de acolhimento residencial adotarem e facultarem ferramentas essenciais para fomentar o desenvolvimento de competências de autonomização (CASA, 2020:93).

#### **5.4. Acompanhamento nas tarefas diárias, nos estudos e ao exterior**

De acordo com o estudo de Rodrigues (2018), como citado em Júlio (2021), é importante ter em consideração o acompanhamento dos jovens na sua transição para a vida adulta, isto é, o desenvolvimento de competências de autonomia devem ser uma primazia desde a entrada em acolhimento residencial, sobretudo quando se trata de um adolescente ou jovem adulto.



Os resultados do presente estudo são concordantes com o estudo suprarreferido, pois foi possível verificar que sete dos entrevistados (Rita Pereira, Mariana Duarte, Sara Barradas, Joana Pires, Margarida Felicidade, Rodrigo Nogueira e Lourenço Matos) referem que têm acompanhamento das agentes institucionais em todas as tarefas da casa, alguns até referiram que só estavam sozinhos quando realizavam a sua higiene pessoal ou iam dormir. *“As funcionárias estão sempre presentes a ver o que estamos a fazer. O único momento em que estou sozinha é quando vou tomar banho e vou dormir”* (Joana Pires).

Em relação aos estudos, parece não haver esse acompanhamento, pois como referiu Lourenço Matos, as cuidadoras responsáveis não conseguem dar este apoio, uma vez que não sabem a matéria e muitas delas não têm muitos estudos. *“Tenho, pois tem sempre uma senhora a ver o que estamos a fazer para o caso de não estar bem feito mandarem-nos fazer de novo. Nos trabalhos da escola só temos a senhora Márcia, mas que neste momento, está de baixa, por isso, fazemos sozinhos, porque as senhoras não nos conseguem ensinar porque não sabem a matéria”* (Lourenço Matos).

As duas Casas de Acolhimento não têm técnicos que deem acompanhamento nos estudos aos jovens, apesar de a equipa ser constituída por uma profissional com formação em Educação.

No entanto, Pedro Teixeira, João Maria e Emanuel Oliveira referem não ter acompanhamento na realização das tarefas porque as cuidadoras já têm uma relação de confiança com eles. Os entrevistados indicam que já têm iniciativa para realizar qualquer tarefa sem orientação. Estando estes perto de sair da Casa de Acolhimento é dada essa autonomia e voto de confiança. *“Agora nenhum. Eu como já sou mais velho e já estou em piloto automático já não tenho acompanhamento das senhoras, mas ao início, elas estavam sempre a ver o que fazia, se fazia bem, davam ideias de como fazer e assim. Depois passei a fazer tudo sozinho e de forma autónoma e elas apenas iam ver se estava tudo ok. Os meus colegas de casa mais novos é que têm sempre as senhoras ao pé deles”* (Emanuel Oliveira).

No que diz respeito ao acompanhamento dos jovens ao exterior, foi possível identificar 2 variáveis: acompanhamento a serviços governamentais (tribunal, EMAT, centro de saúde e escola) – (Rita Pereira, Sara Barradas, Joana Pires e o Lourenço Matos) e acompanhamento nos passeios e atividades feitas com os jovens da casa, (Mariana

Duarte, Margarida Felicidade, Pedro Teixeira, João Maria e Emanuel Oliveira. “*Não, só quando vou à psicóloga e ao centro de saúde*” (Rita Pereira); “*Não. Só vamos às lojas*” (Margarida Felicidade).

É importante referir que quase todos os jovens recebem acompanhamento psicológico no CIT (Centro de Intervenção Médico- Terapêutico) à exceção de uma jovem que recebe este acompanhamento no hospital. As cuidadoras que acompanham os jovens variam conforme os turnos e a sua rotatividade.

Rodrigo Nogueira nunca foi acompanhado ao exterior, uma vez que encontrava-se na casa há somente seis meses e, portanto, ainda não surgiu a necessidade. “*Nunca saí com eles daqui da casa*” (Rodrigo Nogueira).

Neste sentido, os jovens são acompanhados nas tarefas diárias e a serviços externos, apenas quando se justifica. Ao contrário do que se pode dizer no acompanhamento aos estudos, que segundo os entrevistados é inexistente por falta de recursos humanos capacitados.

## **5.5. Competências de Decisão e Orientação**

### **5.5.1. Comunicação**

«*A autonomia de cada ser implica espaço para se mover e espaço para dialogar*».

Santos, (1983: 114)

O termo *communicare* deu origem à palavra comunicação, que significa partilhar, ser participante e tornar comum (Frias, 2014).

De acordo com Frias (2014), a linguagem possui um papel fundamental na interação do ser humano com a sociedade e o seu ambiente envolvente, pois esta possibilita a estruturação do pensamento dos indivíduos, bem como a sua comunicação.

No contexto de Acolhimento Residencial é muito importante que sejam criadas oportunidades para serem desenvolvidas as competências comunicacionais dos jovens, sendo portanto, função dos agentes institucionais proporcionar momentos e criar estratégias para que os jovens tenham a possibilidade de participar ativamente e

desenvolvam as suas competências comunicativas como por exemplo, fazerem-se ouvir, escutarem os outros e conseguirem expressar-se.

Rita Pereira e Mariana Duarte partilham que não falam muito com as cuidadoras da Casa porque têm medo do feedback delas, *“Antes não, no princípio não. Agora já consigo falar, mas não tudo, tipo não posso dizer sempre o que penso e acho mesmo que as funcionárias não concordem, porque tenho receio, porque elas podem criticar. Tenho insegurança de me poder expressar com elas”* (Rita Pereira).

*“Às vezes sim, outras vezes não, depende do assunto. Por exemplo, sobre o Daniel meu ex-namorado ou namorado, não sei explicar muito bem, mas, por exemplo, há coisas que acham que ele é mas que eu acho que ele não é. Eu enquanto estou na casa, não posso responder às mensagens dele, quando vou ao computador, não posso ligar a ele e por isso fazia as fugas. Por isso, é isso, eu deixei de falar com elas sobre ele e sobre outras coisas, porque elas ficam chateadas e julgam-me, então prefiro ficar calada, já aprendi como funciona”* (Mariana Duarte).

Joana Pires, Rodrigo Nogueira e Pedro Teixeira dizem que preferem por vezes, ficar calados e anularem a sua opinião, do que serem ameaçados com ocorrências, ficarem de castigo por darem a sua opinião e levarem sermões. *“Eu posso falar sobre as coisas mas não tudo o que penso e acho sobre as coisas. Eu se achar que as senhoras são injustas em algum momento, eu nunca digo que acho isso, senão elas ficam chateadas e fico de castigo. Prefiro pensar e não falar as coisas”* (Joana Pires).

*“Normalmente eu digo o que quero e penso, mas sei que se for contra o que as funcionárias pensam vou levar na cabeça”* (risos) (Pedro Teixeira).

Sara Barradas partilha que não gosta de se exprimir e que prefere guardar tudo para si, mas que nem sempre corre bem, porque tem ataques de pânico. *“Não, eu guardo tudo o que penso e sinto para mim, não gosto muito de falar o que penso por isso, às vezes, deito para fora tudo o que guardei só para mim durante muito tempo, certas coisas na casa e com as funcionárias. Foi uma maneira que aprendi de agir para não me chatear, mas não é muito bom porque quando explodo digo tudo o que quero e não quero e as coisas ficam feias e tenho muitos ataques de pânico por causa disso”* (Sara Barradas).

Por sua vez Margarida Felicidade fala livremente e sem medos apenas quando é para proteger as suas colegas, mas quando é sobre assuntos pessoais prefere não se manifestar *“Eu consigo falar quando acho que me dão uma razão válida sobre as coisas, quando não me dão fico revoltada e defendo as minhas colegas da casa. Eu, para mim, não falo mas, para ela, eu falo. Não me consigo proteger a mim porque tenho medo, então fico calada, mas a elas eu protejo”* (Margarida Felicidade).

Lourenço Matos refere que prefere sofrer em silêncio a fazer-se ouvir e falar sobre o que acredita *“(…) Se acontecer alguma coisa na minha vida não posso falar com ninguém, pois não confio nelas para isso. Aprendi a guardar tudo para mim. Prefiro sofrer em silêncio”* (Lourenço Matos).

Ao contrário dos restantes entrevistados, João Maria e Emanuel Oliveira parecem ter muita liberdade para se exprimirem e falarem sobre tudo o que quiserem com as agentes institucionais, sem medos e que a receção das agentes ao que eles dizem é positiva e de uma postura de aceitação. *“(…) Posso falar de tudo menos ser malcriado (risos). A sério, sempre tive liberdade para falar desde que fosse com respeito”* (João Maria).

*“Tenho, não me posso esticar muito, senão elas ficam amuadas. Eu, quando digo o que penso e defendo as minhas ideias entusiasmo-me muito e elas ficam fulas (risos). A senhora Márcia diz que devia ir para advogado porque estou sempre armado em defensor. Mas, é assim, eu quando acho uma coisa, eu digo”* (Emanuel Oliveira).

Através da análise das entrevistas percebeu-se que oito jovens (Rita Pereira, Mariana Duarte, Joana Pires, Rodrigo Nogueira, Pedro Teixeira, Sara Barradas, Lourenço Matos e Margarida Felicidade) não se sentem à vontade nem confiantes para falar com as agentes institucionais, por diversos motivos: medo do feedback delas; não quererem ser ameaçados com castigos, como por exemplo ficar sem as idas a casa da família de origem aos fins-de-semana, não sair com os amigos, não fazer as chamadas para a família, estarem sujeitos a sermões e não se quererem chatear. Margarida Felicidade quando é para se exprimir em relação a si opta por omitir os seus pensamentos e vontades, por sua vez, quando é para proteger as colegas de casa perante injustiças, confronta as agentes institucionais.

Adicionalmente, João Maria e Emanuel Oliveira partilham ter um à vontade para falar com as agentes institucionais sobre tudo e que confiam nelas. Percebe-se que estes

dois entrevistados estão na casa há mais anos que os restantes, isto é, João Maria entrou para a Casa de Acolhimento com oito anos, tendo já dezoito anos, ou seja, já se encontra em acolhimento há dez anos; por sua vez, Emanuel Oliveira entrou para a Casa com dez anos, estando na mesma há oito anos. O facto de estes dois entrevistados terem sido acolhidos em idades mais precoces e o tempo de acolhimento ser longo, podem ser dois fatores que ajudam no desenvolvimento de relações e vínculos saudáveis com as cuidadoras, pois os jovens têm outra abertura para escutar, respeitar, seguir as orientações, serem mais próximos e afetuosos com as cuidadoras e conseguirem despertar um lado mais maternal das cuidadoras.

Os entrevistados que entraram na Casa com uma idade mais avançada, já trazem com eles uma bagagem que dificulta a aceitação de um novo contexto, pois, antes do acolhimento, viviam com os seus familiares uma realidade diferente e que, por muito que fosse negativa era a realidade que conheciam até então. Assim, a postura de aceitação de novas regras, orientações de pessoas que para eles não são consideradas família nem pessoas de confiança dificulta a adaptação e o desenvolvimento de uma relação segura, bem como exige um esforço redobrado por parte das cuidadoras que, à priori, devem estar preparadas para lidar com este tipo de situação e atenuar o seu impacto.

Através das perceções evidenciadas pelos entrevistados, não parece existir uma aposta na criação de estratégias por parte das agentes institucionais para trabalhar esta dimensão comunicativa com os entrevistados, sendo a prioridade destas assegurar o cumprimento da escolaridade, ainda que com pouco apoio no estudo, o acompanhamento médico e psicológico, com recurso a profissionais externos, e o cumprimento de regras, não disponibilizando tempo para o desenvolvimento de um bom relacionamento com os entrevistados.

#### **5.5.1.2. Autoestima/Autoconceito**

Segundo Vaz Serra (1998), como citado em Gonçalves (2020), dois são os tipos de autoconceito, nomeadamente o real, que diz respeito ao modo como o indivíduo se vê e descreve e o irreal que está associado ao modo como o indivíduo gostava e idealizava ser. Acontece que, quanto mais o autoconceito real se afasta do autoconceito ideal, menor é a autoaceitação do indivíduo.

A conceção de autoconceito não é nada mais que a perceção que cada indivíduo faz de si próprio em diversificadas áreas, nomeadamente social, física, académica e emocional, sendo importante referir que um dos domínios que mais colabora com a construção do autoconceito, tanto na infância como na adolescência é a aparência física, que, por sua vez, influencia a sua autoestima, pois desde cedo, são confrontados com o feedback dos outros que os rodeiam em relação à sua aparência física.

Assim, os comportamentos exteriorizados pelos outros significativos, neste caso os agentes institucionais, e as comparações constantes que os jovens fazem com os seus pares, auxiliam a construção e desenvolvimento do seu autoconceito físico, bem como a sua autoestima (Bracken, 1996, como citado em Gonçalves, 2020).

Estes fatores encontram-se articulados com a autoestima dos adolescentes, apresentados como elementos fulcrais na escolha das suas relações de amizade (Stein, 1996 como citado em Gonçalves, 2020).

Os conceitos autoestima e autoconceito estão relacionados/interligados com a autonomia, pois os jovens que têm uma autoestima alta revelam facilmente relações de confiança, demonstram curiosidade, iniciativa e autonomia no seu quotidiano, têm facilidade em estipular as suas prioridades de forma autónoma, ou seja, são jovens que exploram os seus limites e questionam, gostam de viver coisas novas, têm uma boa autoimagem, têm orgulho nas suas conquistas, facilidade em adaptarem-se à mudança e situações de stress, lidam de forma saudável com as frustrações e críticas. Ao contrário dos jovens que possuam uma autoestima baixa, que não exteriorizam de forma consistente confiança, curiosidade, iniciativa e autonomia (Harter, 2012).

Como se verifica nesta análise, cinco dos entrevistados, (Sara Barradas, Joana Pires, Margarida Felicidade, João Maria, Emanuel Oliveira) têm muitas similaridades nas suas respostas, uma vez que, partilham necessitar de confiança para a sua vida, para a sua tomada de decisões e escolhas, para se exprimirem perante as funcionárias, para exteriorizarem os seus pensamentos e crenças sem medos, o facto de acharem que não são capazes de fazer as coisas sozinhos, de não estarem à altura das pessoas e dos desafios. *“A todos os níveis, eu não tenho juízo nem muita maturidade e acho que não sei fazer nada sozinha porque sempre fui habituada a ter as funcionárias sempre a dizer-me o que fazer e como fazer. Se saísse da casa hoje pegava de cabeça sozinha e sem saber o que*

fazer”. (Sara Barradas), *“Ser confiante, organizado e aprender a viver comigo mesmo e apenas isso. Quando conseguir isso conseguirei tudo”* (João Maria).

### **5.5.2.1. Ser e Sentir dos jovens nas Unidades de Acolhimento Residencial**

De acordo com as palavras de Lopes, Rutherford, Cruz, Mathur e Quinn (2011), como citado em Colorado (2018), a competência social consiste na capacidade que o indivíduo domina e que o ajuda no desenvolvimento de relações interpessoais e com habilidade para “manipular” respostas de modo a desenvolver interações positivas.

Foi possível verificar que oito dos entrevistados parecem não estar a desenvolver as suas competências sociais (Rita Pereira, Mariana Duarte, Sara Barradas, Joana Pires, Margarida Felicidade, Rodrigo Nogueira, João Maria e Emanuel Oliveira), pois referem que não podem decidir sobre a sua própria vida, que não podem fazer escolhas, devido, ao facto de a casa ter as suas regras já estipuladas e, mesmo que elas queiram dar a sua opinião sobre determinado assunto não podem porque as cuidadoras reagem mal e não confiam nelas para decidirem seja o que for. Também fizeram referência à vontade que têm de aprender a cozinhar sozinhos, de aprenderem a gerir o seu dinheiro, saber como se procura trabalho e se preparam para uma entrevista de emprego. *“Gostava que falassem mais sobre como procurar trabalho, a maneira de falar mais correta com as pessoas em situações mais formais e importantes e sobre as tarefas de casa em relação à cozinha (riso)”*. (Sara Barradas)

*“(risos) depende...Não, elas não dão tanta oportunidade para podermos escolher porque não podemos escolher assim tanto o que agente quer para a nossa vida, porque elas dizem que agente somos muito novinhas para decidir e para mandar. E quando dizemos, às vezes, o que queremos ser no futuro (uma profissão) elas já chegaram a dizer a muitas meninas que elas não iam ter estudo para isso e isso também me fez um bocadinho de confusão, porque cada um tem a sua opinião e é que sabe o que quer. Senti que elas não tiveram aquele apoio que mereciam e que mesmo elas achando isso podiam respeitar”* (Rita Pereira).

Contrariamente, Lourenço Matos e Pedro Teixeira, partilham que as funcionárias dão liberdade para que estes façam as suas próprias escolhas e tomadas de decisão em relação à sua vida, relacionamentos: *“Elas deixam, mas comentam sobre o que acham, por exemplo dos meus amigos e das pessoas com quem ando: “eles não são bons amigos”*.

*Mas também não se intrometem” (Lourenço Matos); “ (...) em relação ao meu futuro, elas apoiam (...) deixam que escolha o meu caminho (...)” (Pedro Teixeira).*

Neste sentido, consegue-se perceber que à medida que os jovens vão atingindo a maturidade e idade adulta, é-lhes dada maior liberdade para tomar decisões e fazer escolhas, pois a capacidade de serem mais autónomos e dependerem de si mesmos também vai crescendo com a idade. Também parece que o género pode ser um fator que influencie este comportamento, pois os jovens do sexo masculino têm mais liberdades que as jovens do sexo feminino. No que diz respeito aos jovens do sexo masculino, as cuidadoras tendem a dar autorização para estes saírem de casa após os estudos ou a hora do jantar, parecem não colocar em causa as suas relações amorosas, ao contrário do que acontece com as jovens do sexo feminino, que por sua vez têm uma postura mais controladora neste domínio e onde não lhes é tão facilitada a saída do espaço institucional após o final da tarde e à noite. As raparigas referem ainda que as cuidadoras procuram saber com regularidade sobre as suas relações amorosas e de amizade.

*“Eu não saio, só para ir ter com a minha mãe. E agora não posso mesmo sair por causa das fugas. Mas também não saía porque não pedia” (Margarida Felicidade).*

*“Não. A pessoa sobre quem mais falamos é o meu ex namorado. Falamos sobre ele só”.*  
(Mariana Duarte).

*“Saio com grupo de amigos, sempre que saímos vamos juntos” (Pedro Teixeira).*

*“Eu quando saio encontro-me sempre com os meus amigos, vamos passear até à praia, vamos andar de skate, vamos lanchar a casa deles. Nunca saio sozinho, não gosto. Acho que é triste” (João Maria).*

## **5.6. Limitações e Constrangimentos**

### **5.6.1. O Próprio Jovem**

*“A pessoa nunca é apenas passado. A pessoa é presente e é projeto.”*

Vieira, (2009:54)

Durante o período de acolhimento, os jovens estão sujeitos a diversas formas de estar e pensar e, por sua vez, o que eles assumem como correto pode ser diferente dos



padrões determinados pela casa de acolhimento onde se encontram, pelo que será importante a adequação aos mesmos.

Segundo Berger e Luckmann (1996), como citado em Silva (2020, p.13), a partilha de novas dinâmicas deve ser “*reforçada no quadro de uma estrutura de plausibilidade*”, que é assinalada pela relação de afetos com o indivíduo e que fortifica as normas e valores que se conceitua como ajustados para a vivência dos jovens na sociedade, pois se os adolescentes forem inseguros, conseqüentemente são mais distantes e com experiências menos positivas com os seus pares.

As crianças e jovens acolhidas têm tendência a desenvolver defesas rígidas com o intuito de se protegerem criando barreiras e entraves à interação. Esta postura pode desenvolver-se por exemplo, devido à separação da sua família de origem, o que pode levar a que os cuidadores pensem, à partida, que os jovens são pouco afetuosos, pela forma fria e distante com que reagem a determinados comportamentos. No entanto, os jovens ao depararem-se com esta realidade de acolhimento, tendem a culpabilizar-se por estarem nesta situação, pois deduzem que estão na casa de acolhimento por sua culpa, porque não estavam à altura das expectativas dos pais ou até mesmo porque os pais não gostam deles.

Torna-se então, crucial trabalhar com as crianças e jovens de modo a que estes estejam consciencializados de que não têm culpa, apenas estão naquela situação devido “às incapacidades de seus pais de os educar” (Gonçalves, 2020).

Também, com todas as mudanças pelas quais as crianças e jovens passam com a entrada na casa de acolhimento, que envolve novas regras, rotinas, novas pessoas e um ambiente desconhecido, bem como, posteriormente a fase de aproximação da saída da casa de acolhimento, tornam-se desorganizantes e causadoras de medos e ansiedades, pois para além de o acolhimento ser uma experiência dolorosa, pela rutura com a família, também envolve muitas mudanças e adaptações. (Antunes, 2011)

Quando se aproxima a saída da casa de acolhimento, os jovens são confrontados com o medo e ansiedade de passar por mais mudanças na sua vida, como pela nova rutura que vai acontecer nas suas vidas, neste caso com os cuidadores com quem criaram vínculos. Sendo importante reforçar a importância do acompanhamento destes após a sua saída.

Neste sentido, Rira Pereira, Mariana Duarte, Sara Barradas, Rodrigo Nogueira, Margarida Felicidade, João Maria e Emanuel Oliveira, parecem ter plena consciência dos obstáculos que sentem no seu processo de autonomização e o que dificulta o sucesso do mesmo, referindo que anseiam não ter de estar sozinhos, bem como o desejo de conviverem com pessoas mais carinhosas. *“Não ter receio de estar sozinha, estar ambientada a um toque suave e de carinho porque isso, na casa, não temos. É sempre de forma muito bruta e agressiva. Ter mais confiança em mim mesma, porque é algo que não tenho, ter mais autoestima, gostar de mim e do que faço e não ter medo de aprender o que a vida lá fora me vai ensinar (choro)”* (Margarida Felicidade), a necessidade de maturidade e respeito por eles próprios para não se sujeitarem a coisas que não querem *“Acho que preciso de ter um bocado mais de maturidade, respeito por mim, pois eu permito muita coisa e ter mais pachorra para aprender o que as senhoras têm para ensinar, sem achar que não vale a pena. Pois eu estou sempre com esperança de que vou para casa, mas a verdade é que isso pode não acontecer”* (Mariana Duarte), e a relação de dependência que têm para com as cuidadoras da casa *“Acho que não vou ser ninguém quando sair daqui, porque não vou ter o apoio da minha família e na casa ainda sou muito dependente das funcionárias para tudo, porque de certa forma elas criaram essa dependência. Por isso, como fazer a minha vida fora daqui sem elas sempre em cima de mim a dizer o que fazer e dizer? É estranho”* (Sara Barradas).

## **Conclusões e Reflexões Finais**

O presente estudo teve como objetivo analisar a percepção dos jovens que estão em acolhimento residencial sobre o acompanhamento que lhes é proporcionado no sentido de promover a sua autonomização.

A metodologia utilizada, orientada pelo paradigma fenomenológico e compreensivo, justifica-se pela necessidade de se aprofundarem os temas estudados, do ponto de vista dos jovens acolhidos, de forma detalhada e por se tratar de um tema pouco investigado até ao momento.

Propusemo-nos analisar as percepções dos jovens sobre o papel dos agentes institucionais no seu processo de autonomização e percebemos que a intervenção para assegurar este processo de forma continuada e segura não é uma prioridade nas entidades em causa.

Os resultados indicam um conjunto diversificado de percepções sobre a autonomia, sendo que esta evidência poderá estar relacionada com a falta de autonomia atribuída aos jovens pela equipa técnica e cuidadoras ou pela ausência de falar sobre este tema. Assim, a percepção dos jovens relativamente ao conceito de autonomia é diversificado e desigual, uma vez que esta consiste em expectativas obtidas, por norma na vida adulta (casa própria, emprego fixo e vida estável).

Outro resultado significativo desta investigação foi a percepção que têm sobre as interações com os agentes institucionais, visto que, a confiança, o respeito e compreensão, a manifestação de afeto e a postura face a estes fica muito aquém do que seria esperado numa casa de acolhimento. Com efeito, denota-se que algumas das cuidadoras adotam uma postura de distanciamento emocional e afetivo, contrariando o que estes jovens tanto precisam.

Importa, ainda, referir que, à data das entrevistas, a equipa afeta às duas casas de acolhimento não correspondia ao previsto por lei. Na opinião dos jovens seria vantajosa a colaboração de novos agentes institucionais, com formação mais recente, e conseqüentemente, mentes mais flexíveis. Em consonância com os dois pontos supramencionados, as estratégias de autonomização adotadas restringem-se à atribuição de tarefas diárias e de lida doméstica outro fator com necessidade de atualização.

Percebemos, assim, que ainda há um longo caminho a percorrer para que se sintam valorizados, acompanhados e empoderados pelos adultos de referência. Faltam profissionais técnicos e quando questionados sobre os agentes institucionais que são mais relevantes na sua vida diária, os jovens referem, essencialmente, os cuidadores que os acompanham no seu quotidiano

Muitos sentem que não podem confiar plenamente nos seus cuidadores e que não são respeitados na sua individualidade. Esta parece ser uma perceção influenciada pelo tempo de permanência na instituição. Os jovens que foram acolhidos em idades mais precoces estabeleceram uma relação de maior proximidade com as cuidadoras e encaram as dificuldades de relação de forma mais tolerante.

A confiança nos adultos (ou a falta dela) reflete-se nas representações de alguns jovens sobre o que significa autonomia. Para estes, ser autónomo significa não precisar dos outros, não depender dos outros, mesmo que isso esteja associado a processos de desvinculação emocional e, eventualmente, a processos de isolamento e desligamento afetivo.

O desenvolvimento da autonomia, do ponto de vista destes jovens sobre a intervenção para a construção da mesma, remete-nos para o desenvolvimento de aprendizagens relacionadas com o quotidiano doméstico, desvalorizando-se a construção de uma consciência crítica, das capacidades de escolha e de decisão, bem como de articulação com o exterior.

Estes jovens reclamam o direito a serem ouvidos, entendidos na sua individualidade. Reclamam, sem o saberem, uma intervenção mediadora que os ajude ao autoconhecimento e os prepare para o desconhecido, na linha do que defendem Ferreira e Silva (2019) sobre a necessidade de comunicação entre diferentes culturas e contextos de vida, no sentido de evitar atitudes de fechamento face ao Outro. “É assim que a mediação se reveste de uma função preventiva, de um papel transformador da realidade instituída, de uma educação para a cidadania e para a convivência social, de respeito pelas opções individuais ou culturais de cada um.” (Ferreira & Silva, 2019, p.34)

Pela perspetiva que nos é dada pelos entrevistados, parece não existir um trabalho consistente, pensado, interdisciplinar e articulado de investimento nesta dimensão das sua

vidas. A preocupação com a preparação para aspetos práticos, relacionados com a independência na gestão do quotidiano, cresce à medida que a idade da saída se aproxima, mas deveria ser um processo contínuo desde o início do acolhimento.

Apesar do grupo estudado ser muito restrito e não ser possível fazer comparações, parece não haver diferenças de género significativas quando analisamos o discurso dos jovens. Identificam-se alguns indícios de que as questões da sexualidade e da relação com o exterior podem ser mais complexas de gerir com as jovens do sexo feminino, mas não conseguimos evidências sólidas sobre essa diferenciação.

Como pudemos perceber pela revisão da literatura, tem havido algumas mudanças no modo de encarar a autonomização dos jovens e nos esforços que as instituições e os seus diferentes agentes têm de encetar para promover e facilitar esse processo. Os projetos promovidos e financiados pela Fundação Calouste Gulbenkian, que deram origem a publicações sobre os resultados do trabalho realizado (Carvalho & Salgueiro, 2018), são exemplos dessa mudança. Quatro casas de acolhimento, em diferentes zonas do nosso país, abraçaram o desafio de avaliar e rever as suas práticas, nomeadamente na relação dos jovens com o exterior e na sua preparação para a vida após o acolhimento.

As equipas envolvidas identificaram as necessidades mais urgentes das instituições onde trabalham, que se dividem por diversas áreas: recursos humanos; promoção e desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças e jovens acolhidos, especialmente ao nível da autonomia; intervenção com as famílias; equipamentos e espaços físicos; formas de financiamento e apoios aos jovens na implementação da medida para a autonomia de vida (Carvalho & Salgueiro, 2018).

Apesar dos esforços para avaliar e rever as práticas, através dos resultados da nossa investigação, que nos traz o olhar dos jovens sobre esta realidade, pudemos perceber que continua a haver instituições que não investiram nesta transformação. Os resultados desta investigação aproximam-se mais de um estudo efetuado em 2005, sobre os Percursos de Vida dos Jovens Após a Saída dos Lares de Infância e Juventude (Centro de Estudos Territoriais, 2005).

Este, baseado em entrevistas realizadas a 25 jovens que haviam estado acolhidos em estruturas residenciais, mostra que a maioria tem uma perspetiva negativa sobre o

acolhimento e, particularmente, sobre a falta de preparação e de acompanhamento na transição para a nova etapa das suas vidas. Muitos sentiram-se abandonados e romperam a ligação com as instituições (Centro de Estudos Territoriais, 2005).

Mais recentemente, o estudo coordenado pela APDES (Pimentel, Lopes, Gaspar, Antão, Conde, Gaspar & Mira dos Santos, 2019) continua a destacar a falta de investimento no processo de autonomia de jovens acolhidos e ex-acolhidos. “As casas de acolhimento são caracterizadas por não facilitarem, na generalidade, o processo de autonomização, não transmitindo, frequentemente, as competências necessárias a uma adequada transição, contrariamente ao que ocorre habitualmente em contexto familiar” (Pimentel et al., 2019, p.6).

A perpetuação desta forma de intervir poderá dever-se à conjugação de diversos fatores: falta de recursos humanos e sua (des)qualificação, tipo de cultura organizacional, valores que orientam a intervenção dos profissionais, características do contexto sociocultural onde as instituições atuam, entre outros.

O novo paradigma de intervenção que se pretende implementar, centrado na participação dos jovens em todos os processos que interferem no seu bem-estar e na aposta numa educação para a responsabilidade e para a autonomia (Barth, Greeson, Zlotnik, e Chintapalli, 2009), poderá evitar que os mesmos engrossem a geração dos “Nem nem”, ou seja, dos jovens que não estudam, não trabalham e não se encontram em processo de formação profissional (Ferreira & Silva, 2019). Esta é uma experiência que poderá ser particularmente relevante no caso dos jovens que passaram por Casas de Acolhimento e poderão experimentar formas agravadas de exclusão e de estigmatização social.

A mediação poderá assumir um papel preponderante na facilitação da saída das instituições de acolhimento. Partilhamos inteiramente da perspetiva de Ferreira e Silva (2019, p.37) que, a propósito do papel da escola, afirmam que o mediador pode ser um facilitador da comunicação, do questionamento dos modelos de intervenção adotados e da promoção de novas soluções e de “uma educação que promova a autodeterminação e a realização da vocação de cada um para agir no sentido da construção do seu próprio trajeto pessoal e profissional).”

Ainda de acordo com estes autores, esta postura mediadora, que pretende formar cidadãos e não só alunos, poderá facilitar a transição para o mercado de trabalho, pois está orientada para a realização pessoal e profissional de pessoas com direito ao trabalho, à autonomia financeira e à inclusão social.

Entendemos que as crianças e jovens que passaram por um acolhimento residencial, por se encontrarem numa situação de perigo, que as coloca numa posição de particular fragilidade, poderão beneficiar desta forma mediadora de intervir. Quer essa intervenção aconteça diretamente com as mesmas, ouvindo-as, entendendo os seus percursos e as suas idiossincrasias, potenciando as suas capacidades, valorizando os seus interesses e as suas habilidades; quer com as suas famílias, com as instituições da comunidade ou com outras entidades que possam facilitar o processo de transição e de adaptação a uma nova realidade.

No que concerne ao desenvolvimento do processo de pesquisa, apesar dos procedimentos assegurados de forma a garantir a qualidade e validade do estudo, podem identificar-se algumas limitações. Adicionalmente, o facto de ter utilizado um espaço da casa de acolhimento para a recolha das entrevistas, poderá ter provocado algum constrangimento nos jovens, no sentido de restringir as suas partilhas. Por último, salienta-se o reduzido número de entrevistados que poderá limitar a validade do estudo, uma vez que seria interessante, através de uma maior concentração de entrevistados, verificar a realidade de vários jovens em contexto de acolhimento residencial numa perspetiva mais alargada.

Com efeito, importa destacar que esta investigação pretendeu aceder à perspetiva dos entrevistados e, por isso, os resultados obtidos deverão ser interpretados à luz do tema estudado e atendendo às limitações inerentes aos métodos utilizados e ao grupo estudado. Convém, ainda, destacar o contexto geográfico em que o estudo foi efetuado. A realidade insular é muito particular do ponto de vista cultural, social e económico, e os resultados têm de ser entendidos à luz dessas particularidades.

Ainda assim, é expectável que este estudo possa acarretar implicações teóricas e práticas, permitindo, nomeadamente, reforçar a importância da investigação em contexto de acolhimento residencial e das perceções que os acolhidos têm sobre a preparação para a sua autonomização.

Além disso, seria pertinente realizar um estudo longitudinal em várias casas de acolhimento residencial, com crianças e jovens de várias idades, para que se pudesse avaliar a evolução dos jovens face à adaptação e possíveis mudanças. Poderíamos ainda considerar e complementar com contributos de vários técnicos das mais diversas áreas, como por exemplo, Assistentes Sociais, Psicólogos, Técnico em Ciências da Educação, entre outros, que se revelem pertinentes na preparação da autonomia dos jovens acolhidos e funcionamento das casas de acolhimento. Adicionalmente, através de um estudo qualitativo, poderia ser vantajoso comparar as perspetivas dos jovens com as dos agentes institucionais, com o objetivo de obter resultados mais coerentes.

Em suma, uma investigação ao nível dos técnicos e cuidadores que trabalham em contexto de acolhimento, pode fornecer uma retrospectiva do seu processo de formação, com o intuito de encontrar possíveis padrões de comportamento, oportunidades, ou contextos, que possibilitaram o alcance de casos de sucesso. Assim sendo, seria pertinente considerar esta possibilidade em estudos futuros.



### Referências Bibliográficas

- Aguiar, V. & Medeiros, C. (2009). *Entrevistas na Pesquisa Social: O Relato de um grupo de Foco nas Licenciaturas*. IX Congresso Nacional de Educação. Instituição de Ensino Superior em Curitiba.
- Alarcão, M. (2006). *(Des)equilíbrios Familiares* (3ªEd.). Editora: Quarteto.
- Amado, J. (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Imprensa Universitária de Coimbra.
- Andrade, S. (2018). *Mediação Intercultural em Contexto Escolar: Um estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico de Leiria.
- Antunes, M. (2011). *Fatores de Risco e de proteção Associados à Resiliência: Estudo comparativo entre Adolescentes que vivem com a Família e Adolescentes Acolhidos em Lar de Infância e Juventude*. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa.
- Arpini, M. (2003). *Pensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21(3), pp.70-75. Departamento de Psicologia.
- Barbosa. P & Wagner. A. (2013). *A autonomia na adolescência: Revisando conceitos, modelos e variáveis*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Barbosa. A (2012). *A Relação e a Comunicação Interpessoais entre o Supervisor Pedagógico e o Aluno Estagiário: Um estudo de Caso*. Mestrado em Ciências da Educação. Escola Superior de Educação João de Deus.
- Barth, R., Greeson, J., Zlotnik, S. & Chintapalli, L. (2009). Evidence-based practice for youth in supervised out-of-home care: a framework for development, definition, and evaluation, *The Journal of Evidence Based Practice in Social Work*, 6(2), pp.147 – 175.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto Editora.

- Brazelton, B. & Greenspan, S. (2002). *A Criança e o seu Mundo*. Requisitos Essenciais para o Crescimento e a Aprendizagem. Editorial Presença.
- Brites, S. (2015). *A Construção da autonomia na Educação de Infância: O Papel do(a) Educador (a)*. Relatório de Mestrado. Escola Superior de Educação em Lisboa. Instituto Politécnico de Lisboa.
- Busch, A. & Folger, J. (2006). *La Promesa de la Mediación: Cómo afrontar el conflicto mediante la revalorización y el reconocimiento*. Granica.
- Carvalho, M. & Salgueiro, A. (2018). *Pensar no Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, A. (2018). *Estratégias Disciplinares utilizadas pelos cuidadores em Acolhimento Residencial: Perspetiva das Crianças*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Dissertação de Mestrado Integrado. Universidade do Porto.
- Carvalho, M. & Cruz, H. (2015). *Promoção da Autonomia em Crianças e Jovens em Acolhimento em Instituição*. Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais. Instituto de Estudos de Literatura e Tradição.
- Casa 2020 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. <https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/CASA+2020.pdf/b7f02f58-2569-4165-a5ab-bed9efdb2653>
- Centro de Estudos Territoriais (2005). *Percursos de Vida dos Jovens Após a Saída dos Lares de Infância e Juventude*. Instituto de Segurança Social, IP. ISCTE.
- Cinzas, C. (2019). *A Qualidade Percebida das relações entre Jovens Institucionalizadas e os seus Cuidadores Formais*. Dissertação de Mestrado. Escola de Ciências sociais. Universidade de Évora.
- Cohen-Emerique, M. (1997). *La negociación intercultural, fase esencial para la integración de los inmigrantes*. In *Hombres y migraciones: todo tipo de mediaciones, cuaderno de formación*. Edit Acoge.

- Colorado, A. (2018). *Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais com Crianças em Acolhimento Residencial. Um Projeto de Intervenção*. Escola Superior de Educação de Lisboa. Instituto Politécnico de Lisboa.
- Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. [https://www.congreso.es/docu/docum/ddocum/dosieres/sleg/legislatura\\_10/spl\\_78/pdfs/65.pdf](https://www.congreso.es/docu/docum/ddocum/dosieres/sleg/legislatura_10/spl_78/pdfs/65.pdf)
- Cruz, J., Lopes, A., & Carvalho, M. de L. (2016). Educação para a autonomia em instituições de crianças e jovens: o que nos dizem as narrativas dos profissionais. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 4(6), pp.353–367.
- Costa, P. (2017). *A Influência das experiências de acolhimento institucional na (re) construção identitária*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais. Instituto Politécnico de Leiria.
- Cyrulnik, B. (2000). *Les Nourritures affectives*. Odile Jacob.
- Delgado, P & Gersão, E. (2018). *O acolhimento de crianças e jovens no novo quadro legal. Novos discursos, novas práticas?* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Edição e Propriedade.
- Domingues, S. (2017). *Crianças e Jovens em Perigo: Um olhar a partir da CPCJ de Coimbra*. Relatório de estágio: Universidade de Coimbra.
- Doron, R. e Parot, F. (1998). *Dicionário de Psicologia*. Climepsi Editores.
- Erikson, E. (1976). *Identidade, Juventude e Crise*. Zahar.
- Faria, S. & Vieira, R. (2016). Epistemologia e metodologia em mediação e ciências sociais. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira, & C. Margarido (Orgs.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp.105-124). Edições Afrontamento.
- Ferreira, A. (2019). *Envolvimento Parental no Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens: Contributo para a Adaptação e Validação do Questionário “Parent Engagement Measure” Para a População Portuguesa*. Dissertação de Mestrado. Católica, Faculdade de Educação e Psicologia.

- Ferreira, I. & Silva, P. (2019). Os Nem Nem: Contributo para a construção de retratos sociológicos de jovens adultos que nem trabalham nem estudam, em Portugal. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira & C. Margarido (org.). *O Olhar de Crianças e Jovens. Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 27-64). Afrontamento.
- Fleming, M. (2004). *Adolescência e Autonomia. O desenvolvimento psicológico e a relação com os pais*. Edições Afrontamento.
- Fleming, M. (2005). *Adolescent autonomy: Desire, achievement and disobeying pares between early and late adolescence*. Australian Journal of Education and Developmental Psychology, 5, pp.1-16.
- Frias, R. (2014). *O Desenvolvimento das Competências da Leitura e Escrita no Ensino Pré-Escolar – o Contributo da Consciência Fonológica*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação. Instituto Politécnico de Coimbra.
- Gaspar, J. (2014). *Os desafios da autonomização: Estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia da Educação. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Georgiades, S. (2005). *A multi-outcome evaluation of an independent living program*. Child and Adolescent Social Work Journal, 23, pp.417 – 439.
- Gil, A. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. Atlas.
- Goleman, D. (1997). *Inteligência emocional*. Temas e Debates.
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Alfragide: Texto.
- Guedeney, A & Guedney, N. (2002). *Vinculação. Conceitos e aplicações*. Climepsi Editores.
- Guerra, P. (2003). *O Novo Direito das Crianças e Jovens - Um Recomeço*. Infância e Juventude, 1, pp.53-80.

- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Princípia.
- Guerra, I. (2006). *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Ação*. Princípia.
- Harter, S. (2012). *Developmental Differences in Self-Representations during Childhood*. In S. Harter (Ed.), *The Construction of the Self: Developmental and Sociocultural Foundations*, (pp.27-71). The Guilford Press.
- Hill, M. & Hill, A. (2000). *Investigação por Questionário*. Edições Sílabas.
- Júlio, M. (2021). *Do Acolhimento Residencial à Integração Social Autónoma da Criança/Jovem*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Instituto Universitário de Lisboa.
- Júnior, A. & Júnior, N. (2011). *A Utilização da Técnica da Entrevista em Trabalhos Científicos*. Evidência.
- Leandro, A.; Alvarez, D; Cordeiro, M.; Carvalho, R. e César, M. (2006). *Manual de Boas Práticas: Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens para dirigentes, profissionais, crianças, jovens e familiares*. Lisboa, Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social CID - Crianças, Idosos e Deficientes - Cidadania, Instituições e Direitos, Instituto da Segurança Social, I.P.
- Lopes, S. (2017). *Um Novo Olhar Sobre o Acolhimento Residencial: A Realidade das Casas de Acolhimento no Distrito de Santarém*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior Miguel Torga.
- Lourenço, A. (2014). *Avaliação do Projeto “Casa de Pré-Autonomia” desenvolvido com jovens institucionalizados*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Magalhães, L.; Silva, A. M. C & Almeida, A. T. (2016). *A Mediação Sociofamiliar no Âmbito do Acolhimento Residencial*. Instituto de Educação. Universidade do Minho.
- Marques, J., Faria, S., Silva, P., Vieira, R., & Lopes, S. (2016). *A Prática da Investigação no Estudo da Interculturalidade*. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira, &

- C. Margarido (Orgs.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social* (pp. 125-156). Edições Afrontamento.
- Marques, G. & Amendoeira, J. (2020). *A Fenomenologia Interpretativa como Método para a Compreensão da Existência depois dos 80 anos*. Revista da UIIPS- Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém.
- Marques, R. (2006). *Crianças Acolhidas: em Lar Residencial: Representações de Vinculação, Desenvolvimento, Competências Sociais e Comportamento*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Martins, P. (2005). *A Qualidade dos Serviços de Proteção às Crianças e Jovens - As Respostas Institucionais*. Departamento de Ciências da Educação da Criança. Universidade do Minho.
- Martins, P. (2004). *Proteção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco: representações sociais, modos e espaços*. Tese de Doutoramento em Estudos da Criança. Universidade do Minho.
- Mattar, F. N. (1996). *Pesquisa de marketing: edição compacta*. Atlas.
- May, T. (2004). *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Artmed.
- Montano, T., Souto, J., carvalho, R., Veríssimo, A., Santo, T., Nunes, C., André, A., Soeiro, C., Videira, P., Louro, A., Dantier, A., Rocha, F., Gomes, P., Copeto, R. (2006). *Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças: Guia de Orientações para os Profissionais da Ação Social na Abordagem de Situações de Maus Tratos ou Outras Situações de Perigo*.  
<https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/14801/Guia+de+orienta%C3%A7%C3%B5es+para+profissionais+das+For%C3%A7as+de+Seguran%C3%A7a/4a0d39f6-4834-429d-9316-cbe8802dcf14>
- Montenegro, M. (2008). *O Projeto Nómada e a Mediação*, in atas do XVI Colóquio Afirse/Aipelf 'Tutoria e Mediação em Educação: Novos Desafios à Investigação Educacional'. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Morin, E. (2002). *Reformar o Pensamento*. Instituto Piaget.

- Moreira, C. (2007). *Teorias e Práticas de Investigação*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa.
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2008). *Adolescência e institucionalização numa perspetiva de vinculação*. *Psicologia & Sociedade*, 20 (3), pp.367-377. Universidade do Porto.
- Mota, C. P., & Matos, P. M. (2010). *Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo*. *Análise Psicológica*, pp.244-246.
- Mozzato, A & Grzybovsky, D. (2011). *Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios*. Universidade de Passo Fundo.
- Noom, M. J., Dekovic, M., Meeus, W. H. J. (2001). *Conceptual Analysis and Measurement of Adolescent Autonomy*. *Journal of Youth and Adolescence*, 30(5), pp.577-595.
- Oliveira, S. (2019). *Promoção de Autonomia em Jovens institucionalizados: Perceções dos Profissionais de Casas de Acolhimento Residencial*. Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico de Viseu.
- Oliveira, T. (2001). *Amostragem não Probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas*. Conselho Editorial. Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado.
- Ordem dos Psicólogos. (2019). *Linhas de Orientação para a Prática Profissional*. *Psicologia no Âmbito da Proteção das Crianças e Jovens em Risco*.
- Palaio, C., Guerra, C., Velho, C., Cruz, H., Oliveira, J., Santos, L., Carvalho, M., Pinheiro, M., Guerra, P., Fadigas, P., & Santos, S. (2015) “*Transições – desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*”. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Paulino, M. (2012). *Crianças em Perigo e o Procedimento de Urgência*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas. Instituto Universitário de Lisboa.

- Pimentel, F.; Lopes, E.; Gaspar, F.; Antão, J.; Conde, J.; Gaspar, J.P.; Mira dos Santos, V. (2019). *Estado Atual - Processo de Autonomia em jovens acolhidos e ex-acolhidos*. APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento
- Pires, S. (2011). *A Promoção da Autonomia em Jovens Institucionalizadas*. Relatório de Estágio. Escola Superior de Educação. Instituto Politécnico de Bragança.
- Quintãs, C. (2009). *Era uma vez uma instituição onde eu vivi: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.
- Ramião, T. (2014). *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. Anotada e Comentada*. Quid Juris.
- Ramos, M. (2005). *Crianças, Tecnologias e Aprendizagem: Contributo para uma Teoria Substantiva*. Tese de Doutoramento. Universidade do Minho. Instituto de Estudos da Criança.
- Raymond, M. (1998). *Resposta aos Comportamentos Violentos em Instituição*. *Infância e Juventude*, 3, pp.9-75.
- Raymond, M. (1999). *Considerações acerca das perturbações do pensamento dos adolescentes*. *Infância e Juventude*, 1, pp.9-112.
- Reichert, C. B. & Wagner, A. (2007). *Autonomia na adolescência e sua relação com os estilos parentais*. *Revista Psico*, 38(3), pp.292-299. Universidade Luterana do Brasil.
- Ribeiro, S. (2011). *Perceção da Pressão de Pares na Tomada de Decisão dos Adolescentes*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia. Universidade de Lisboa.
- Richardson, R. (1999). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. Atlas.
- Rodrigues, S. (2018). *A qualidade do acolhimento residencial em Portugal: Avaliação da adequação dos serviços às necessidades das crianças e jovens institucionalizados*. Programa Doutoral em Psicologia. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade do Porto.



- Rodrigues, S. (2016). *A transição para a vida ativa dos jovens institucionalizados em Casas de Acolhimento – Percursos de inserção*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Universidade de Lisboa.
- Rodrigues, S., Barbosa-Ducharne, M., & Del Valle, J.F. (2013). *La calidad del acogimiento residencial en Portugal y el ejemplo de la evolución Española*. *Papeles del Psicólogo*, 34(1), pp.11-22. Universidad de Oviedo.
- Santos, J. (1991). *Ensaio sobre Educação II - O falar das letras*. Livros Horizonte.
- Santos, A. (2016). *Pelas Lentes de Quem Cuida. O Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo na Perspetiva dos Profissionais das Equipas Educativas*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra.
- Silva, N. (2014). *Teoria da Vinculação*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina. Universidade do Porto.
- Silva, C. (2020). *Para lá da institucionalização: que desafios encaram os jovens no processo de autonomização*. Instituto Superior de Serviço Social do Porto. Dissertação de Mestrado.
- Silva, R. (2016). *“Processo de avaliação diagnóstica de situações de perigo em crianças e jovens: reflexão decorrente de uma experiência de estágio numa CPCJ”*. Relatório de Mestrado. Instituto Superior de Serviço Social do Porto.
- Silva, P. (2009) "Ethnography: a method on the razor's edge", *Problemy Wczesnej Edukacji / Issues in Early Education*, 2(10), pp.46-64.
- Silva, G. (2018). *Desenho de Pesquisa*. Coleção: Metodologias de Pesquisa. Escola Nacional de Administração Pública.
- Sirbu, A. (2017). *Empatia, Personalidade e Imagens Sociais sobre Jovens em Acolhimento Residencial: o papel mediador da Dominância Social*. Dissertação de Mestrado. Escola de Ciências Sociais e Humanas. Instituto Universitário de Lisboa.

- Sousa, P. (2017). *Mediação em contexto de acolhimento residencial de crianças e jovens: por um ambiente de (con) vivências positivas*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho. Instituto de Educação.
- Sousa, R. (2015). *Desenvolvimento de competências de vida e os processos de autonomização em Lares de Infância e Juventude*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.
- Sousinha, M. (2018). *O Acolhimento Residencial e a Promoção do Direito à Família*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Altos estudos. Instituto Superior Miguel Torga.
- Sousa, P. (2017). *Mediação em contexto de acolhimento residencial de crianças e jovens: por um ambiente de (con) vivências positivas*. Relatório de Estágio de Mestrado. Instituto de Educação. Universidade do Minho.
- Steinberg, L., & Silverberg, S. B. (1986). *The vicissitudes of autonomy in early adolescence*. *Development*, 57, pp.841-851. University of Wisconsin.
- Torremorell, M. C. B. (2008). *Cultura de Mediação e Mudança Social*. Porto Editora.
- Vieira, R. (1999). *Histórias de Vida e Identidades: professores e interculturalidade*. Afrontamento.
- Vieira, R. (2003). *Vidas revividas: a etnografia e a descoberta de novos sentidos*. In T. Caria (Orgs.). *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais* (pp.77-96). Afrontamento.
- Vieira, R. (2009). *Identidades Pessoais – interações, campos de possibilidade e metamorfoses culturais*. Edições Colibri.
- Vieira, R. (2011a). *Educação e Diversidade Cultural – Notas de Antropologia da Educação*. Afrontamento.
- Vieira, R. (2011b). *Ser Igual, Ser Diferente – Encruzilhadas da identidade*. Profedições.
- Vieira, A. & Vieira, R. (2011). *Pedagogia Social, comunicação e mediação intercultural*. A Página da Educação (201, II série).

- Vieira, A. (2013). *Educação Social e Mediação Sociocultural*. Profedições.
- Vieira, R. (2014). *Life Stories, Cultural Métissage and Personal Identities*. Polytechnic Institute of Leiria.
- Vieira, R, Vieira, A. (2018). *Entrando no interior da escola: etnografia e entrevistas etnográficas*. Revista Contemporânea de Educação.
- Vieira, R. & Vieira, A. (2016). Mediações Socioculturais: Conceitos e Contextos. In R. Vieira, J. Marques, P. Silva, A. Vieira, & C. Margarido (Orgs.), *Pedagogias de Mediação Intercultural e Intervenção Social*, (pp.27-56). Edições Afrontamento.
- Vieira, R, Marques, J, Silva, P, Vieira, A & Margarido, C. (2018). *Da Mediação Intercultural à Mediação Comunitária. Estar dentro e estar fora para mediar e intervir*. Mediação e Autonomia de Crianças e Jovens no Sistema de Acolhimento. Capítulo 10. Edições Afrontamento, Lda.

### Legislação

- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo: Lei n.º 147/99, de 01 de Setembro.
- Lei dos Princípios Gerais Aplicáveis à Mediação: Mediação Civil e Comercial: Lei n.º 29/2013, de 19 de Abril.
- Despacho n.º 8393/2007 – Criação do Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças.
- Despacho n.º 9016/2012 - Criação do Plano SERE + (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS).

# **Anexos**

## **Anexo A – Guião das Entrevistas**

---

**Entidade de ensino:** Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria

**Mestrado:** Mediação Intercultural e Intervenção Social

**Tema:** “A perceção de jovens em acolhimento residencial sobre o papel dos agentes institucionais no seu processo de autonomização”

**Investigadora:** Marina Silva

**Orientadora:** Doutora Luísa Pimentel

## Guião de Entrevista Semiestruturada

**1º Objetivo- Compreender o significado que os jovens atribuem ao processo de construção da sua autonomia.**

- 1- Já pensaste sobre a tua saída da casa?
- 2- Consideras-te preparado para viver de forma autónoma?
- 3- O que significa para ti ser autónomo?

**2º Objetivo- Identificar e caracterizar os agentes institucionais que, na perceção dos jovens, mais contribuem para o seu processo de autonomização.**

- 1- Como descreves o relacionamento que tens com os profissionais da casa?
- 2- Há algum profissional em quem confies mais e a quem peças ajuda com mais frequência.
- 3- Que profissionais consideras que têm maior importância na tua preparação para a saída da Casa?
- 4- Na tua opinião, quais os profissionais que deveriam ter mais responsabilidade nesse processo?

- 5- Há outras pessoas, que não trabalhem na instituição, que te ajudem a ser mais autónomo e a preparar a tua saída?
- 6- Sentes que os profissionais da casa têm motivação para te ensinar coisas novas?

**3º Objetivo- Analisar a perceção que os jovens têm sobre as estratégias que os agentes institucionais desenvolvem, diretamente com eles e com a comunidade, no sentido de preparar a sua autonomização.**

- 1- Os profissionais da casa falam contigo sobre a importância de ser autónomo?
- 2- Há quanto tempo os profissionais procuram preparar-te para o teu processo de autonomização?
- 3- Que tarefas diárias desempenhas na casa?
- 4- Que acompanhamento tens na realização das tarefas da casa?
- 5- Costumas ser acompanhado por alguns profissionais da instituição ao exterior ou serviços externos? Com que regularidade isso acontece?
- 6- Que tipos de aprendizagens os profissionais procuram que faças quando visitas estes locais?
- 7- Há algum incentivo para que desenvolvas atividades fora da Casa?
- 8- Há algum incentivo para que te relaciones com pessoas que não vivem na Casa?
- 9- Costumas sair sozinho ou com grupos de amigos?
- 10- Há iniciativas organizadas e regulares, em grupo ou individualmente, para vos ajudar a serem mais autónomos? Podes dar alguns exemplos?
- 11- Que outros assuntos gostarias que tivessem discutido contigo para te sentires preparada (o) para a vida no exterior?

**4º Objetivo- Analisar as perceções dos jovens sobre o papel dos agentes institucionais na construção de competências de decisão e de orientação em relação às suas escolhas futuras.**

- 1- Sentes que tens voz ativa no teu quotidiano na casa?
- 2- Os profissionais dão-te oportunidades de fazer escolhas e possibilidade de tomar decisões sobre ti e sobre a tua relação com os outros?
- 3- Podes dar alguns exemplos sobre essas possibilidades, no teu dia-a-dia dentro da casa?
- 4- O que mudarias no modo como te envolves na tomada de decisões?

- 5- Que orientação os profissionais da casa te dão no que diz respeito às tuas escolhas futuras?
- 6- Que competências achas importante trabalhar para o teu futuro?
- 7- Sentes-te preparado para tomar decisões sobre o teu futuro?
- 8- Que apoios gostarias de ter (ou achas necessários) para te ajudar a conquistar uma maior capacidade de decisão?
- 9- Na casa há espaços para debates/discussões em grupo?

**5º Objetivo- Analisar as limitações e os constrangimentos que os jovens identificam na preparação do seu processo de autonomização.**

- 1- Quais as dificuldades sentidas no teu processo de autonomização?
- 2- Que aspetos mudarias no trabalho que é feito dentro da casa para te autonomizar?
- 3- Em que domínios sentes mais fragilidade na tua preparação para a saída da casa?
- 4- De que modo os profissionais têm ajudado a ultrapassar estas mesmas fragilidades?
- 5- Quais as necessidades que identificas para te sentires verdadeiramente autónomo e preparado para o momento da saída da casa?



## **Anexo B – Declaração de Consentimento Informado (Coordenadores)**

---

## DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

---

Eu, Marina Goulart da Silva, estudante do Mestrado Mediação Intercultural e Intervenção Social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, estou a desenvolver um estudo intitulado “**A percepção de jovens em acolhimento residencial sobre o papel dos agentes institucionais no seu processo de autonomização**”, com o qual pretendo explorar questões sobre o modo como os jovens são preparados para a autonomia e sobre o modo como percecionam esta preparação feita pelos agentes institucionais.

O estudo vai ser realizado através de entrevistas que pretendem dar resposta ao problema de estudo suprarreferido e aos seguintes objetivos.

- Compreender o significado que os jovens atribuem ao processo de construção da sua autonomia;
- Identificar e caracterizar os agentes institucionais que, na percepção dos jovens, mais contribuem para o seu processo de autonomização;
- Analisar a percepção que os jovens têm sobre as estratégias que os agentes institucionais desenvolvem, diretamente com eles e com a comunidade, no sentido de preparar a sua autonomização;
- Analisar as percepções dos jovens sobre o papel dos agentes institucionais na construção de competências de decisão e de orientação em relação às suas escolhas futuras;
- Analisar as limitações e os constrangimentos que os jovens identificam na preparação do seu processo de autonomização.

-----

Posto isto, venho solicitar a sua colaboração e autorização para realizar a minha investigação na Casa de Acolhimento Tueri com jovens do sexo feminino e masculino com idades compreendidas entre os 15 a 18 anos de idade, através de entrevistas semiestruturadas que serão gravadas somente com a sua autorização.

Reforço ainda, que, toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial, sendo garantido o anonimato em qualquer relatório ou publicação, ou junto de qualquer pessoa não relacionada diretamente com este estudo, tal como os dados a recolher, que serão utilizados apenas no âmbito da presente pesquisa, sob garantia de anonimato e de fidedignidade às informações prestadas.

A sua participação é voluntária e poderá retirar o consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

-----  
**Autorizo/Não Autorizo** (riscar o que não interessa) que a entrevista feita aos jovens residentes da casa de acolhimento Tueri, seja gravada em áudio e estou informado/a de que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial, sendo garantido o anonimato em qualquer relatório ou publicação, ou junto de qualquer pessoa não relacionada diretamente com este estudo.

**A Responsável pelo estudo:**

Nome: Marina Silva | e-mail: marinagoulartsilva@hotmail.com | tel.: 966534307

Assinatura:

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**O/A Coordenador:**

Assinatura:

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## **Anexo C – Declaração de Consentimento Informado (Entrevistados)**

---

## DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

---

Eu, Marina Goulart da Silva, estudante do Mestrado Mediação Intercultural e Intervenção Social da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, estou a desenvolver um estudo intitulado “**A percepção de jovens em acolhimento residencial sobre o papel dos agentes institucionais no seu processo de autonomização**”, com o qual pretendo explorar questões sobre o modo como os jovens são preparados para a autonomização e sobre o modo como percecionam esta preparação feita pelos agentes institucionais.

Os dados a recolher serão utilizados apenas no âmbito da presente pesquisa, sob garantia de anonimato e de fidedignidade às informações prestadas.

A sua participação é voluntária e poderá retirar o consentimento a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

-----  
Eu, \_\_\_\_\_ aceito participar de livre vontade no estudo intitulado “**A percepção de jovens em acolhimento residencial sobre o papel dos agentes institucionais no seu processo de autonomização**”, desenvolvido por Marina Goulart da Silva.

Foram-me explicados e compreendo os objetivos principais deste estudo e aceito responder a uma entrevista que explora questões sobre o modo como os jovens são preparados para a autonomização e sobre o modo como percecionam esta preparação feita pelos agentes institucionais.

Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão implique qualquer prejuízo para mim.

-----  
**Autorizo/Não Autorizo** (riscar o que não interessa) que a entrevista seja gravada em áudio e estou informado/a de que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial, sendo garantido o anonimato em qualquer relatório ou publicação, ou junto de qualquer pessoa não relacionada diretamente com este estudo.

**A Responsável pelo estudo:**

Nome: Marina Silva | e-mail: marinagoulartsilva@hotmail.com | tel.: 966534307

Assinatura:

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

**O/A Participante:**

Assinatura:

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

## **Anexo D – Dimensões, Categorias e Sub Categorias**

---

## Categorias e Sub Categorias

<b>Categorias</b>	<b>Sub Categorias</b>
Perceções de Autonomia	
Caracterização dos Agentes Institucionais	Confiança Respeito e Compreensão Manifestações de Afeto Postura dos Agentes Institucionais
Estratégias de Autonomização utilizadas pelos Agentes Institucionais	Tarefas Diárias
Acompanhamento nas tarefas diárias, estudos e ao exterior	
Competências de Decisão e Orientação	Comunicação
	Autoestima/Autoconceito
Limitações e Constrangimentos	O Próprio Jovem



## **Sinopse das Entrevistas**

---

PERCEÇÕES DE AUTONOMIA

	<b>E4-</b> Joana Pires	<i>“Uma pessoa que sabe governar-se sozinha, não precisa que lhe estejam sempre a dizer as coisas. É uma pessoa que consegue resolver e governar a sua vida quer sozinha que com a presença de outras pessoas”.</i> (E4- Joana Pires)
	<b>E3-</b> Sara Barradas	<i>“É conseguir fazer as coisas sozinha, sem que tenham que me mandar e explicar sempre tudo. Comigo não acontece, eu preciso sempre que me expliquem as coisas várias vezes, as senhoras até ficam sem paciência e dizem que nunca percebo nada à primeira (gargalhadas) ”.</i> (E3-Sara Barradas)
	<b>E1-</b> Rita Pereira	<i>“É uma pessoa que faz as suas coisas sozinha, que tem a sua casa, o seu trabalho, as suas coisas, ou que no meu caso (casa de acolhimento), saber fazer as coisas direitinhas e bem-feitas e sem as senhoras estarem sempre a dizer e a ver, eu própria ter autonomia para fazer sozinha sem me dizerem”.</i> (E1- Rita Pereira)
	<b>E9-</b> João Maria	<i>“Ser autónomo é ser capaz de gerir a sua vida, as suas responsabilidades sem necessitar da interferência de outra pessoa. Por exemplo, eu aprendi a fazer as tarefas da casa sozinho, já faço refeições sozinho, vou para a escola sozinho porque as funcionárias confiam em mim. Não preciso de ninguém no meu dia a dia a dizer o que tenho que fazer. Pior será como disse à senhora, quando sair da casa vai ser diferente porque sei que vou chegar a casa e não ter ninguém, não vou ter proteção, vou ter que me virar sozinho”.</i> (E9- João Maria)

	<b>E7-</b> Lourenço Matos	<i>“É uma pessoa que sabe fazer coisas sozinhas sem precisar de ajuda de ninguém”.</i> (E7- Lourenço Matos)
	<b>E2-</b> Mariana Duarte	<i>“Uma pessoa que se sabe desenrascar sozinha e não precisa de ninguém. Acho que é isso (risos) pelo menos as senhoras estão sempre a dizer que tenho de saber fazer as coisas sozinha porque lá fora se for viver sozinha tenho que saber fazer as coisas”.</i> (E2- Mariana Duarte)
	<b>E6-</b> Rodrigo Nogueira	<i>“Sei lá, não faço a mínima ideia”.</i> (E6- Rodrigo Nogueira)

CARACTERIZAÇÃO DOS AGENTES INSTITUCIONAIS

<b>Categoria- Confiança</b>	<b>E8-</b> Pedro Teixeira	<i>“Eu confio mais na senhora Filipa e na senhora Maria, porque já passei por muitos momentos tristes e elas é que me compreendiam e sei que podia chamar por elas a qualquer momento que elas me iriam ouvir. São pessoas espetaculares e sinto que elas gostam realmente de mim e não por obrigação”.</i> (E8- Pedro Teixeira)
	<b>E6-</b> Rodrigo Nogueira	<i>“Nenhum, não confio em ninguém. Não tenho nada contra as senhoras mas não me inspiram confiança e elas também nem querem saber (riso)”.</i> (E6- Rodrigo Nogueira)
	<b>E10-</b> Emanuel Oliveira	<i>“A senhora Bárbara, eu dou-me melhor com umas e pior com outras que batem de frente comigo mas a senhora Bárbara é a pessoa que mais confio na casa, conto tudo a ela e sei que não vai contar a ninguém como já aconteceu com outras senhoras aqui”.</i> (E10- Emanuel Oliveira)
<b>Subcategoria- Respeito e Compreensão</b>	<b>E6-</b> Rodrigo Nogueira	<i>“Gostava que me ouvissem e respeitassem as minhas opiniões e escolhas sem estarem sempre a comentar. Elas juntam-se e falam sobre nós e pensam que nós não ouvimos...mas ouvimos e ficamos sem confiar nelas”.</i> (E6- Rodrigo Nogueira)
	<b>E5-</b> Margarida Felicidade	<i>“A senhora acha? (riso). Não. Eu nem consigo falar com elas sobre o que gosto e quero. Eu faço o que elas querem e acham que é correto mesmo que não concorde, por exemplo houve um dia que cheguei a casa da escola, elas tinham mexido no meu guarda fato todo sem a minha autorização. Fiquei brava porque não gosto que mexam nas minhas coisas.</i>

		<p><i>Mas depois eu expludo e elas perguntam porquê, porque será? Tiraram as minhas cuecas, meias e soutiens e meteram tudo a lavar e a desculpa delas foi porque estava tudo a cheirar mal e eu disse que quando chegasse a casa elas pediam a autorização. Eu chegar a casa e ver tudo sem nada e o meu guarda fato aberto e vazio e a cama desarrumada e não sei mais o quê...sim, porque a cama só estava desarrumada porque não tinha a almofada debaixo do cobertor como elas querem”. (E5- Margarida Felicidade)</i></p>
<b>Categoria- Manifestações de Afeto</b>	<b>E4-</b> Joana Pires	<p><i>“É bom (acena com a cabeça que sim), elas são muito boas para mim, são mimosas, preocupadas, eu gosto muito delas. Também eu ando muito atrás delas e sei que elas me acham chata e “cola” mas se for para receber abraços e beijinhos eu não me importo (risos) ”. (E4- Joana Pires)</i></p>
	<b>E8-</b> Pedro Teixeira	<p><i>“ (...) As funcionárias preocupam-se comigo e perguntam-me se estou bem e o que se passa quando estou mais triste e são presentes. É como se fossemos uma família há momentos boa e outros menos bons. Eu tenho noção que elas não são assim com todos, porque os meus colegas de casa portam-se muito mal com elas, também são mais novos”. (E8- Pedro Teixeira)</i></p>
	<b>E10-</b> Emanuel Oliveira	<p><i>As funcionárias são porreiras, não me tratam mal mas são chatas e teimosas (risos). Eu sei que posso contar com elas mas se não fizer o que elas querem está o caldo derramado, ficam amuadas. Mas são porreiras, não são é de dar muito carinho mas acho que é para um dia quando sairmos da casa não</i></p>

		<i>sofrermos mais. Penso eu, elas nunca disseram isso mas é o que eu penso". (E10- Emanuel Oliveira)</i>
	<b>E3-</b> Sara Barradas	<i>"Eu consigo desabafar com elas, pedir ajuda, são mimosas comigo (sorrisos). Às vezes procuro muito o abraço e beijinho delas e sei que elas estão a trabalhar mas faz falta". (E3- Sara Barradas)</i>
	<b>E5-</b> Margarida Felicidade	<i>"Épah, que elas fossem mais carinhosas, mais calmas, mais pacientes. Que elas olhassem para nós não como bonecos, nem rôbots, coisas que não têm sentimentos, mas sim pessoas e que não somos perfeitos. E que nas vezes em que não fazemos coisas bem não dissessem que somos uma merda e não sabemos fazer nada. Mas algumas senhoras só as outras às vezes só mexem no telemóvel e não querem nada". (E5- Margarida Felicidade)</i>
	<b>E6-</b> Rodrigo Nogueira	<i>" É normal, elas tratam-me bem mas eu sei que elas falam de mim por trás, porque eu já apanhei". (E6- Rodrigo Nogueira)</i>
	<b>E2-</b> Mariana Duarte	<i>"É bom (risos) nunca tive problemas com nenhum. Por acaso não há nenhuma pessoa que goste menos. Há sim pessoas que me dou melhor que outras" (Mariana Duarte).</i>
	<b>E1-</b> Rita Pereira	<i>"Às vezes tem uns altos e baixos, às vezes tem umas senhoras que não me dou tanto bem como outras. Elas, às vezes, não percebem que é difícil viver aqui, num mundo, à parte e não nos dão o amor que eu e a minha irmã tínhamos em casa da nossa mãe, antes de ela morrer" (Rita Pereira).</i>

<b>Subcategoria - Postura dos Agentes Institucionais</b>	<b>E5-</b> Margarida Felicidade	<i>“ (...) Elas estão sempre a colocar-me para baixo com coisas que elas dizem, por exemplo ontem a senhora Fátima disse que eu estava gorda e eu hoje já não comi nem o pequeno-almoço nem o almoço. E eu sou uma pessoa que levo tudo a peito e depois fico com as coisas na cabeça. Não sei porque ela disse isso”. (E5- Margarida Felicidade)</i>
	<b>E6-</b> Rodrigo Nogueira	<i>“Ter até tenho, eu digo o que penso às vezes, mas convém ficar calado mais vezes senão estou sempre a ouvir certas ameaças”. (E6- Rodrigo Nogueira)</i>
	<b>E7-</b> Lourenço Matos	<i>“Sim, alguns sim, outros mais ou menos mas a maior parte sim. Há uns que não têm pachorra para explicar as coisas várias vezes, e desligam-se de nós um bocado”. (E7- Lourenço Matos)</i>

### ESTRATÉGIAS DE AUTONOMIZAÇÃO

<b>Categoria- Tarefas diárias</b>	<b>E1-</b> Rita Pereira	<i>“ (...) o que quero dizer é que eu gostava que nos deixassem cozinhar como é o caso de uma menina lá da casa que já sabe e cozinha sozinha”. (E1- Rita Pereira)</i>
	<b>E4-</b> Joana Pires	<i>“ (...) gostava de aprender a cozinhar sozinha porque eu não sei, nunca tive essa experiência. As senhoras da casa é que cozinham, nós apenas vemos e descascamos os alimentos”. (E4- Joana Pires)</i>
	<b>E8-</b> Pedro Teixeira	<i>“Olha eu começo por fazer a minha cama de manhã, a maior parte das vezes (risos), ao pequeno-almoço lavo a minha tigela dos cereais, depois ajudo as funcionárias a arrumar a cozinha, a varrer o chão, lavar a louça, limpar a banca. Também cozinho sozinho porque como me aproximo da saída da casa</i>

		<i>as funcionárias estão me a preparar para isso, porque quando sair elas não vão estar ao meu lado a ensinar”. (E8- Pedro Teixeira)</i>
	<b>E5-</b> Margarida Felicidade	<i>“ (...) o que toca a cozinhar, nós não cozinhámos, apenas descascamos os alimentos para a comida. Eu acho que elas não nos deixam cozinhar porque têm medo que agente faça algo errado”. (E5- Margarida Felicidade)</i>
	<b>E7-</b> Lourenço Matos	<i>“Lavar louça, levantar a mesa, varrer o chão, limpar a sala de estar, varrer os pátios. A cozinhar também, nós descascamos batatas, cenouras, cebolas, alhos e assim. Mas não sei fazer comidas elaboradas, no máximo um ovo estrelado, algo de comidas mais rápidas e fáceis. E o que sei aprendi em casa com a minha mãe que me ensina, na casa não podemos fazer”. (E7- Lourenço Matos)</i>

### ACOMPANHAMENTO

<b>Categoria-</b> Nas tarefas diárias, estudos e ao exterior	<b>E4-</b> Joana Pires	<i>“As funcionárias estão sempre presentes a ver o que estamos a fazer. O único momento em que estou sozinha é quando vou tomar banho e vou dormir”. (E4- Joana Pires)</i>
	<b>E10-</b> Emanuel Oliveira	<i>“Agora nenhum, eu como já sou mais velho e já estou em piloto automático já não tenho acompanhamento das senhoras mas ao início elas estavam sempre a ver o que fazia, se fazia bem, davam ideias de como fazer e assim. Depois passei a fazer tudo sozinho e de forma autónoma e elas apenas iam ver se estava tudo ok. Os</i>



		<i>meus colegas de casa mais novos é que têm sempre as senhoras ao pé deles”.</i> (E10- Emanuel Oliveira)
	<b>E7-</b> Lourenço Matos	<i>“Tenho, pois tem sempre uma senhora a ver o que estamos a fazer para o caso de não estar bem feito mandarem-nos fazer de novo. Nos trabalhos da escola só temos a senhora Joana mas que neste momento está de baixa por isso fazemos sozinhos, porque as senhoras não nos conseguem ensinar porque não sabem a matéria”.</i> (E7-Lourenço Matos)
	<b>E1-</b> Rita Pereira	<i>“Não, só quando vou à psicóloga e ao centro de saúde”.</i> (E1- Rita Pereira)
	<b>E5-</b> Margarida Felicidade	<i>“Não. Só vamos às lojas”.</i> (E5- margarida Felicidade)
	<b>E6-</b> Rodrigo Nogueira	<i>“Nunca saí com eles daqui da casa”.</i> (E6- Rodrigo Nogueira)

### COMPETÊNCIAS DE DECISÃO E ORIENTAÇÃO

<b>Subcategoria- Comunicação</b>	<b>E1-</b> Rita Pereira	<i>“Antes não, no princípio não. Agora já consigo falar mas não tudo, tipo não posso dizer sempre o que penso e acho mesmo que as funcionárias não concordem porque tenho receio, porque elas podem criticar. Tenho insegurança de me poder expressar com elas”.</i> (E1- Rita Pereira)
--------------------------------------	-------------------------	---

	<b>E4-</b> Joana Pires	<i>“Eu posso falar sobre as coisas mas não tudo o que penso e acho sobre as coisas. Eu se achar que as senhoras são injustas em algum momento eu nunca digo que acho isso senão elas ficam chateadas e fico de castigo. Prefiro pensar e não falar as coisas”.</i> (E4- Joana Pires)
	<b>E2-</b> Mariana Duarte	<i>“Às vezes sim, outras vezes não, depende do assunto. Por exemplo, sobre o Daniel meu ex namorado/namorado, não sei explicar muito bem, mas por exemplo, há coisas que acham que ele é mas que eu acho que ele não é, eu enquanto estou na casa não posso responder às mensagens dele quando vou ao computador, não posso ligar a ele e por isso fazia as fugas. Por isso é isso, eu deixei de falar com elas sobre ele e sobre outras coisas, porque elas ficam chateadas e julgam-me, então prefiro ficar calada, já aprendi como funciona”.</i> (E2- Mariana Duarte)
	<b>E8-</b> Pedro Teixeira	<i>“Normalmente eu digo o que quero e penso mas sei que se for contra o que as funcionárias pensam vou levar na cabeça”.</i> (risos) (E8- Pedro Teixeira)
	<b>E3-</b> Sara Barradas	<i>“Não, eu guardo tudo o que penso e sinto para mim, não gosto muito de falar o que penso e não gosto por isso às vezes explodo com certas coisas na casa e com as funcionárias. Foi uma maneira que aprendi de agir para não me chatear, mas não é muito bom porque quando explodo digo tudo o que quero e não quero e as coisas ficam feias e tenho muitos ataques de pânico por causa disso”.</i> (E3- Sara Barradas)

	<b>E5-</b> Margarida Felicidade	<i>“Eu consigo falar quando acho que me dão uma razão válida sobre as coisas, quando não me dão fico revoltada e defendo as minhas colegas da casa. Eu para mim não falo mas para elas eu falo, não me consigo proteger a mim porque tenho medo, então fico calada mas a elas eu protejo”.</i> (E5- Margarida Felicidade)
	<b>E7-</b> Lourenço Matos	<i>“ (...) Se acontecer alguma coisa na minha vida não posso falar com ninguém, pois não confio nelas para isso. Aprendi a guardar tudo para mim. Prefiro sofrer em silêncio”.</i> (E7- Lourenço Matos)
	<b>E9-</b> João Maria	<i>“ (...) Posso falar de tudo menos ser malcriado (risos). A sério sempre tive liberdade para falar desde que fosse com respeito”.</i> (E9- João Maria)
	<b>E10-</b> Emanuel Oliveira	<i>“Tenho, não me posso esticar muito senão elas ficam amuadas. Eu quando digo o que penso e defendo as minhas ideias entusiasmo-me muito e elas ficam fulas (risos). A senhora Márcia diz que devia ir para advogado porque estou sempre armado em defensor mas é assim eu quando acho uma coisa eu digo”.</i> (E10- Emanuel Oliveira)
<b>Subcategoria- Autoestima e Autoconceito</b>	<b>E3-</b> Sara Barradas	<i>“A todos os níveis, eu não tenho juízo nem muita maturidade e acho que não sei fazer nada sozinha porque sempre fui habituada a ter as funcionárias sempre a dizer-me o que fazer e como fazer. Se saísse da casa hoje pegava de cabeça sozinha e sem saber o que fazer”.</i> (E3- Sara Barradas)
	<b>E9-</b> João Maria	<i>“Ser confiante, organizado e aprender a viver comigo mesmo e apenas isso. Quando conseguir isso conseguirei tudo”.</i> (E9- João Maria)

Subcategoria- Ser e Sentir dos jovens nas Unidades de Acolhimento Residencial	<b>E3-</b> Sara Barradas	<i>“Gostava que falassem mais sobre como procurar trabalho, a maneira de falar mais correta com as pessoas em situações mais formais e importantes e sobre as tarefas de casa em relação à cozinha (riso)”</i> . (E3- Sara Barradas)
	<b>E1-</b> Rita Pereira	<i>“(risos) depende...Não elas não dão tanta oportunidade para podermos escolher porque não podemos escolher assim tanto o que agente quer para a nossa vida, porque elas dizem que agente somos muito novinhas para decidir e para mandar. E quando dizemos às vezes o que queremos ser no futuro (uma profissão) elas já chegaram a dizer a muitas meninas que elas não iam ter estudo para isso e isso também me fez um bocadinho de confusão porque cada um tem a sua opinião e é que sabe o que quer. Senti que elas não tiveram aquele apoio que mereciam e que mesmo elas achando isso podiam respeitar”</i> . (E1- Rita Pereira)
	<b>E7-</b> Lourenço Matos	<i>“Elas deixam mas comentem sobre o que acham, por exemplo dos meus amigos e das pessoas com quem ando. “eles não são bons amigos” mas também não se intrometem”</i> . (E7- Lourenço Matos)
	<b>E8-</b> Pedro Teixeira	<i>“(…) em relação ao meu futuro elas apoiam (…) deixam que escolha o meu caminho (…)”</i> . (E8- Pedro Teixeira)
	<b>E5-</b> Margarida Felicidade	<i>“Não ter receio de estar sozinha, estar ambientada a um toque suave e de carinho porque isso, na casa, não temos. É sempre de forma muito bruta e agressiva. Ter mais confiança em mim mesma, porque é algo que não tenho, ter mais autoestima, gostar de mim e do que faço e não ter medo de aprender o que a vida lá fora me vai ensinar (choro)”</i> (Margarida Felicidade).

	<b>E2-</b> Mariana Duarte	<i>“Acho que preciso de ter um bocado mais de maturidade, respeito por mim, pois eu permito muita coisa e ter mais pachorra para aprender o que as senhoras têm para ensinar, sem achar que não vale a pena. Pois eu estou sempre com esperança de que vou para casa, mas a verdade é que isso pode não acontecer”</i> (Mariana Duarte).
	<b>E8-</b> Pedro Teixeira	<i>“Saio com grupo de amigos, sempre que saímos vamos juntos”</i> (Pedro Teixeira).
	<b>E9-</b> João Maria	<i>“Eu quando saio encontro-me sempre com os meus amigos, vamos passear até à praia, vamos andar de skate, vamos lanchar a casa deles (...)”</i> (João Maria).

#### LIMITAÇÕES E CONSTRANGIMENTOS

<b>Categoria-</b> O próprio jovem	<b>E5-</b> Margarida Felicidade	<i>“Não ter receio de estar sozinha, estar ambientada a um toque suave e de carinho porque isso na casa não temos é sempre de forma muito bruta e agressiva, ter mais confiança em mim mesma porque é algo que não tenho, ter mais autoestima, gostar de mim e do que faço e não ter medo de aprender o que a vida lá fora me vai ensinar (choro)”,</i> (E5- Margarida Felicidade)
-----------------------------------	---------------------------------	--

	<b>E2- Mariana Duarte</b>	<i>“Acho que preciso de ter um bocado mais de maturidade, respeito por mim, pois eu permito muita coisa e ter mais pachorra para aprender o que as senhoras têm para ensinar sem achar que não vale a pena. Pois eu estou sempre com esperança de que vou para casa mas a verdade é que isso pode não acontecer”.</i> (E2- Mariana Duarte)
	<b>E3- Sara Barradas</b>	<i>“Acho que não vou ser ninguém quando sair daqui, porque não vou ter o apoio da minha família e na casa ainda sou muito dependente das funcionárias para tudo, porque de certa forma elas criaram essa dependência., por isso como fazer a minha vida fora daqui sem elas sempre em cima de mim a dizer o que fazer e dizer, é estranho”.</i> (E3- Sara Barradas)